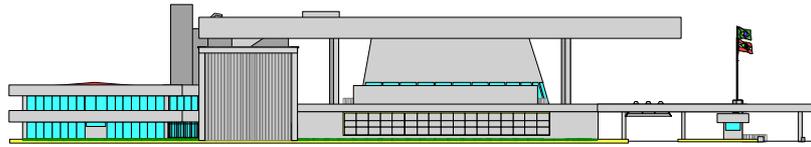


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE OUTUBRO DE 2003

NÚMERO 5.185

15ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Volnei Morastoni  
**PRESIDENTE**

Onofre Santo Agostini  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves de Souza  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º SECRETÁRIO**

Altair Guidi  
**2º SECRETÁRIO**

Sergio Godinho  
**3º SECRETÁRIO**

Francisco de Assis  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Rogério Mendonça

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

João Paulo Kleinubing - Presidente  
Herneus de Nadal - Vice Presidente  
Júlio Garcia  
Celestino Secco  
Paulo Eccel  
Joares Ponticelli  
Afrânio Boppré  
Ronaldo Benedet  
Jorginho Mello  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Antônio Ceron - Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Wilson Vieira  
Rogério Mendonça  
Manoel Mota  
Antônio Carlos Vieira  
Jorginho Mello  
Reno Caramori  
Nelson Goetten de Lima  
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani - Presidente  
Valmir Comin - Vice Presidente  
Pedro Baldissera  
Dionei Walter da Silva  
Reno Caramori  
Narcizo Parisotto  
João Rodrigues  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS  
FUNDAMENTAIS**

Odete de Jesus - Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Ana Paula Lima  
Mauro Mariani  
Nilson Nelson Machado  
Lício Mauro da Silveira  
João Paulo Kleinubing  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

João Rodrigues - Presidente  
Wilson Vieira - Vice Presidente  
Dionei Walter da Silva  
Ronaldo Benedet  
Narcizo Parisotto  
Nilson Nelson Machado  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Valmir Comin  
Luiz Eduardo Cherem - Vice Presidente  
Nilson Nelson Machado  
Júlio Garcia  
Ana Paula Lima  
José Paulo Serafim  
Genésio Goulart  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Wilson Vieira - Vice Presidente  
Antônio Carlos Vieira  
José Paulo Serafim  
Manoel Mota  
Odete de Jesus  
Júlio Garcia

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
DESPORTO**

Paulo Eccel - Presidente  
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente  
Celestino Secco  
Afrânio Boppré  
Simone Schramm  
Nelson Goetten de Lima  
Odete de Jesus

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Luiz Eduardo Cherem - Presidente  
Antônio Ceron - Vice Presidente  
Ana Paula Lima  
José Paulo Serafim  
Celestino Secco  
Simone Schramm  
Valmir Comin  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E  
SERVIÇO PÚBLICO**

Genésio Goulart - Presidente  
Celestino Secco Vice-Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
José Paulo Serafim  
Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Antônio Ceron  
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA**

Valmir Comin - Presidente  
Afrânio Boppré - Vice Presidente  
Antônio Carlos Vieira  
Paulo Eccel  
Herneus de Nadal  
Luiz Eduardo Cherem  
João Paulo Kleinubing

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO**

**INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO  
MERCOSUL**

Celestino Secco - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Pedro Baldissera  
Afrânio Boppré  
Rogério Mendonça  
Luiz Eduardo Cherem  
Cesar Souza  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Diretora: Maria Salete de Bem  
Urban

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.  
Diretor em exercício:  
Álvaro Pacheco de Souza

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1522**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 082ª Sessão Ordinária  
1ª sessão Legislativa da realizada  
em 21/10/2003 .....2  
Ata da 011ª Sessão Extraordinária  
1ª sessão Legislativa da realizada  
em 21/10/2003 ..... 11  
Ata da 012ª Sessão Extraordinária  
1ª sessão Legislativa da realizada  
em 21/10/2003 ..... 13

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa DP .....20  
Resoluções .....20

**Publicações Diversas**

Audiência Pública .....21  
Ata de Comissão Permanente...25  
Emendas Constitucionais .....26  
Projetos de Lei .....26  
Projeto de Resolução .....30  
Redações Finais .....31  
Requerimento .....32

**PLENÁRIO****ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA****EM 21 DE OUTUBRO DE 2003****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Klenübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda às leituras das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Paulo Eccel, a quem concedemos a palavra, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o jornal A Notícia, de hoje, divulga que o Brasil é criticado a respeito da liberdade de imprensa e que no ano passado ele ocupava a 50ª posição no ranking da entidade denominada Repórteres sem Fronteiras. Neste ano a posição acabou caindo devido à inclusão de novos países na classificação.

Segundo a entidade Repórteres sem Fronteiras, a pontuação do Brasil sofreu uma pequena melhora entre 2002 e 2003. Mas, mesmo assim, a situação é pouco confortável e os profissionais, especialmente jornalistas e aqueles ligados aos jornais regionais, indicam muita violência e ameaças a esses profissionais nas respectivas redações.

E é para falar sobre a democratização, Deputado Onofre Santo Agostini, dos meios de comunicação que subo à tribuna na tarde de hoje, especialmente para informar à sociedade catarinense que na última sexta-feira, 17 de outubro, foi o Dia Mundial em Defesa da Democratização dos Meios de Comunicação.

Nessa data, em Florianópolis e em todo o Brasil, todos os cidadãos que defendem a democratização dos meios de comunicação em todo mundo foram às ruas para mostrar à população a importância dessa data, a importância de termos uma imprensa livre, a importância de termos uma imprensa

democrática, a importância de termos uma imprensa responsável.

(Passa a ler)

"Em Florianópolis, o Comitê pela Democratização da Comunicação, seção regional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), juntamente com o Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia, que é um organismo criado a partir da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, promoveram uma panfletagem na esquina democrática, no calçadão da rua Felipe Schmidt, no centro de Florianópolis, durante o horário do almoço.

Em diversas capitais brasileiras, como Porto Alegre, Goiânia, Rio de Janeiro e Salvador, ativistas se manifestaram através da transmissão de rádios livres, exibição de vídeos sobre o tema e debates.

Foi uma oportunidade para que cidadãos, educadores e criadores da mídia pudessem encontrar-se, para desenvolver e compartilhar estratégias, que visem transformar o sistema concentrado da mídia em algo que informe e fortaleça a sociedade catarinense, a sociedade do nosso País.

Desde os anos 70, o Brasil não atravessa um momento tão crítico e, ao mesmo tempo, oportuno para a reestruturação de seus sistemas de comunicação e efetivação da comunicação como um direito básico a todo

o cidadão. A diferença, senhores, é que, ao contrário dos tempos de chumbo, desta vez existe espaço para que as mudanças sejam conduzidas também pela mão da população organizada consciente do papel que a comunicação exerce nas determinações da economia, da política e também na cultura dos povos.

Um dos resultados de 20 anos de luta pela democratização das comunicações no Brasil foi a constituição do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O Fórum foi, e continua sendo, o maior esforço conjunto de entidades da sociedade civil em constituir um espaço plural de convergência dos interesses em ações efetivas de acesso à comunicação e de propostas para a formulação de políticas públicas de comunicação no nosso País.

A proposta do Fórum é sustentada por quatro eixos estratégicos, que cobrem a problemática da área de forma abrangente, que são: a capacidade da sociedade para o conhecimento e a ação sobre comunicação; a definição e disputa de uma política de desenvolvimento da cultura do País através da mídia; a construção do controle público dos meios de comunicação; a reestruturação dos sistemas e do mercado na área das comunicações.

Um estudo feito ano passado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação sobre os meios de comunicação no Brasil mostra que apenas seis redes nacionais de televisão, Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV e CNT, controlam 667 veículos de comunicação no País; 309 canais de televisão, 308 canais de rádio e 50 jornais diários. As redes de televisão, somam-se outros quatro grandes grupos de mídia, os grupos Abril, Folha, RBS e Estado.

Essas 10 empresas juntas controlam virtualmente tudo o que se vê, ouve e lê no País.

A Rede Globo certamente é a empresa que mais concentra mídia no País, controlando redes de TV por assinatura (Globosat, Sky e Net), rádios (CBN, Rádio Globo), jornais (O Globo, Valor Econômico, Extra, Diário de São Paulo), revista (Época), Internet (Globo.com), editora de livros (Editora Globo), gravadora (Som Livre) e uma produtora de filmes (Globo Filme). Mais de 40% dos brasileiros vêem a rede Globo de Televisão todos os dias". O mais importante, sem dúvida, neste contexto, é fazer com que cada pessoa compreenda que possui direitos sobre a comunicação do País e o dever de lutar por ela.

Somente quando toda a sociedade tiver essa consciência, desse direito e desse dever, conseguiremos caminhar rumo à democratização dos meios de comunicação. E uma ação concreta de envolvimento da sociedade no fórum pela democratização da mídia é também o envolvimento da sociedade no Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia.

Um fórum genuinamente catarinense, mas que aproveita as experiências consagradas no Brasil do Fórum Nacional de Acompanhamento da Mídia, que busca fazer com que a população atue não como sujeito passivo, mas como sujeito ativo do controle da qualidade da programação da televisão brasileira.

Nós teremos aqui na Assembléia amanhã à noite, a partir das 18h, na sala 26, mais um encontro, mais uma reunião do Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia. Um fórum que atendendo telespectadores catarinenses procura fazer o acompanhamento daquilo que se produz na televisão

catarinense. O Fórum Nacional de Acompanhamento da Mídia, que é sediado em Brasília, faz o acompanhamento da programação nacional, das redes nacionais.

Aqui em Santa Catarina o Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia faz o acompanhamento daquilo que é veiculado na televisão catarinense, de forma que, havendo denúncias e desrespeito aos direitos humanos, baixa qualidade nos programas, baixaria na televisão, esses apresentadores, os produtores e até mesmo os patrocinadores desses programas, Deputado Djalma Berger, sejam chamados ao Fórum de Acompanhamento da Mídia a fim de que se conscientizem da importância estratégica deles na sociedade.

Temos aí essas pesquisas que acabei de revelar, que apresentam dados alarmantes do controle da mídia nas mãos de seis grupos. Então, a sociedade tem que reagir à qualidade da programação brasileira. Ela pode, fazendo uma ligação gratuita, 0800619619, fazer a sua reclamação, fazer a sua denúncia a respeito da programação na televisão brasileira e catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra a Deputada Odete de Jesus, por até 10 minutos.

Antes porém, Deputada, permita-nos fazer o registro da presença dos alunos da Escola Básica Municipal Olavo Bilac, de Pomerode; são 44 alunos que nos visitam, sob a responsabilidade da professora Angélita.

Queremos registrar a presença desses alunos, desejar muito sucesso e que sintam-se bem na Casa do Povo.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, platéia, alunos, professores, o que nos traz à tribuna no dia de hoje é para falar de um assunto, Deputado Djalma Berger, que está assustando toda a população catarinense e, por que não dizer, a população da Grande Florianópolis.

Como nós podemos ler nos jornais, assustamo-nos com tanta violência. E como vencer a violência que ronda as cidades? Até quando o povo vai ser vítima do pânico e do medo?

Em Santa Catarina, a cada dia, crescem os índices de violência. Aqui mesmo na Capital, na bela cidade de Florianópolis, as manchetes dos jornais registram três assassinatos na Capital, num período de 24 horas. Conforme dados oficiais, em 2000, foram assassinados 71 pessoas e nos primeiros meses de 2003 já foram registrados cerca de 300 homicídios.

E o mais absurdo e alarmante nesses dados é saber que 80% dessas vítimas eram jovens entre 16 e 25 anos de idade, na grande maioria envolvidos com drogas. São jovens sem profissão e estudo que caem na fantasia do ganho fácil, trágico. São aliciados e usados impunemente, pelo crime cujo preço a pagar é a própria vida.

Essa onda de violência está nas ruas, na cidade, invadindo até nossas casas, escolas e praças. Estive conversando com uma professora esses dias, e ela é uma pessoa que precisa ganhar o pão de cada dia. Essa professora abandonou a escola. Simplesmente teve que abandonar, porque ficou com medo de morrer com balas perdidas.

No Diário Catarinense, de ontem: "PM acusado de matar após briga. Cinco pessoas perderam a vida neste final de semana, vítimas de homicídio em Santa Catarina, na Capital".

Foram registrados três assassinatos e assim por diante. Um Sargento está detido no 4º Batalhão da Polícia Militar.

Em frente ao Instituto Estadual de Educação, em pleno Sábado, tendo aula, o Sargento, apenas por uma discussão banal, perdeu o controle, perdeu o seu domínio e matou pessoas a sangue frio.

Nós não podemos mais admitir tanta violência. As pessoas andam muito nervosas, raivosas, sem amor pelo próximo. Só pensam em matar, em destruir. É demais. Nós não podemos admitir tanta violência.

Srs. Deputados, diante de tanto medo por que passa a população, ela se sente ameaçada em sua integridade. Urge que sejam adotadas políticas de prevenção à violência, e o nosso papel nesta Casa é muito importante. Somos três Deputados, num total somos 40, e temos que tomar algumas atitudes.

Não podemos mais sair nas ruas com medo de uma mala perdida. Nossos filhos não podem mais transitar livremente aqui na Capital, que era uma cidade de paz.

Deputada Ana Paula de Lima, não temos mais nem sossego. Nossos filhos saem de casa e não sabemos se vão voltar vivos ou não. Nós temos que tomar uma medida mais imediata e enérgica contra esta violência que assola a nossa cidade, enfim, o nosso Estado.

Hoje os bandidos arrombam as casas e fica por isso mesmo. Entram nos supermercados, nos restaurantes e fica por isso mesmo. Não podemos admitir isso. Esta Deputada está revoltada com essa situação agravante aqui no nosso Estado.

Srs. Deputados, isso é triste; e pior ainda: não podemos confiar nos policiais que deveriam nos dar o aparato de proteção. Então, em quem podemos confiar? Quando viamos um militar fardado, sentiamo-nos contentes por estar protegidos, mas hoje não podemos mais nem confiar.

É muito sério o que está acontecendo. Tínhamos que tomar atitudes sérias, enérgicas e drásticas. É uma tristeza que recai sobre a nossa cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência quer registrar com muito prazer a presença do ilustre Prefeito de Ouro Verde, juntamente com os assessores, que vêm à Capital do Estado para reivindicar benefícios para aquela terra.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente e Sras. Deputadas, assomo à tribuna na tarde de hoje para trazer aos demais Deputados desta Casa a preocupação que estamos tendo neste momento quanto a uma visita inesperada que a região Oeste teve na semana passada.

Nós estamos vivendo no Oeste catarinense uma situação de conflito por terras entre indígenas e agricultores, mais especificamente em uma área de terra entre os Municípios de Saudades e Cunha Porã. A chamada região do Araçá, que o Deputado Onofre Santo Agostini conhece muito bem, está em litígio, está ainda sendo discutida judicialmente. É uma área que os indígenas reivindicam para si, mas curiosamente nesta área não reside nenhum indígena e nenhum ancestral. Não tem ninguém, sequer um descendente de índio está morando em toda aquela região.

Mas na última sexta-feira a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, de uma forma sorrateira, podemos até dizer assim, marca uma visita para a região do Araçá sem comunicar os moradores da comunidade.

Chegam até a localidade capitaneados pelo Deputado Federal Orlando Fantasine Neto, do PT de São Paulo, juntamente com os membros da Comissão, amparados pela Polícia Federal e com dois ônibus carregados de indígenas, porque lá não tem índios.

Então, a Comissão chega à localidade, não avisa os agricultores, descarrega dois ônibus de indígenas que promoveram, em uma propriedade, sexta-feira passada, às 14h, uma dança indígena. A TVCâmara filma a manifestação indígena na propriedade de agricultores sem ter indígena morando lá. Filmaram as apresentações, e após os índios bailarem ao ar livre, às 14h, retornaram ao ônibus e deslocaram-se para a cidade de Chapecó, onde aconteceria uma audiência pública.

Naquele momento em que os índios estavam se apresentando para a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, através do Deputado Orlando Fantasine Neto, do PT de São Paulo, que estava lá no Araçá assistindo à apresentação, houve pânico na comunidade. Os moradores entraram em desespero, acreditando que suas áreas estariam novamente sendo invadidas, como ocorreu três anos e meio atrás.

Os agricultores em pânico foram até a sede da comunidade para questionar esta Comissão e saber o que estava acontecendo. Houve interferência da Polícia Federal e os indígenas se retiraram daquele local. Inclusive, Srs. Deputados, um agricultor chegou a ser hospitalizado pois teve um mal súbito, no momento em que os indígenas faziam a apresentação cultural, que mais servia de provocação do que apresentação.

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: se lá não é área indígena, se não existe uma tribo morando lá, qual a razão de a Comissão de Direitos Humanos, de uma forma desrespeitosa, ir até essa comunidade que vive num clima tenso, com agricultores que estão em depressão, pois há quatro anos, praticamente, Deputado Onofre Santo Agostini, correm o risco de perderem as suas propriedades? Repentinamente se deparam com uma tribo de indígenas que dançavam e sapateavam, Deputado Jorginho Mello, que não sabiam onde estavam pisando, não sabiam qual era o nome daquela localidade. Esses agricultores sentiram-se ofendidos e foram afrontados, evidentemente.

Então, quero protestar, daqui desta tribuna, a atitude irresponsável desta Comissão que despejou dois ônibus de índios para, em tom de provocação, dançarem na propriedade desses agricultores. E esta Comissão, naquele momento, ao perceber o ato cometido, um ato falho, pediu desculpas, em nome do Deputado Orlando Fantasine Neto, à comunidade dizendo que foi um lapso ter chegado numa comunidade de agricultores que está em conflito, onde não existem indígenas. Ele pediu desculpas, mas a TVCâmara registrou, filmou a dança dos índios da comunidade do Araçá.

A preocupação que eu quero trazer aqui para este Plenário é de que essa fita, amanhã ou depois, não sirva para ser anexada ao processo que tramita em Brasília, que está inclusive na mesa do Ministro da Justiça, como prova de que essa área é de uma comunidade indígena.

Então, a forma como trataram os nossos agricultores, os nossos produtores rurais da região do Araçá, no mínimo, foi covarde. E essa dança foi patrocinada, sim, pela Comissão de Direitos Humanos, a qual foi acompanhada pelo CIM - Conselho Indigenista Missionário -, que tem sido um dos grandes

incentivadores desta ação pelo lado do índio. Estavam lá, também, outras autoridades, outras pessoas.

Mas o clima foi tenso, triste e aborrecedor, evidentemente, para esses agricultores. Então, trago esta preocupação de que poderiam ter evitado isso.

Mas esta Comissão, curiosamente, ao invés de visitar as áreas indígenas, como, por exemplo, a região de Seara, a sede em Trentin ou outras regiões onde existem tribos, não visitou. Visitou aquela área, Deputado Dionei Walter da Silva, que ainda não conseguiram meter a mão, que ainda não conseguiram tomar dos agricultores.

E, pasmem, Srs. Deputados, os agricultores só não perderam aquela área de terra porque um movimento organizado em defesa da propriedade e dignidade, composto por agricultores, Prefeitos daqueles Municípios circunvizinhos, pelo ex-Prefeito que preside o DPD, tem investido e investido pesado. Já gastaram, aproximadamente, Deputada Odete de Jesus, quase R\$500 mil do bolso para pagar advogado, despesas, antropólogo, para provar que aquela área nunca foi indígena no passado, pois não existe, num raio de 50 quilômetros, nenhuma família indígena residindo naquela grande região.

Eu quero trazer esta preocupação, porque tem que parar de ocorrer esse tipo de ação que, na minha concepção, é um tanto fantasiosa. Foi feito esse movimento, essa ação para desestabilizar a pequena propriedade rural. E a região do Araçá é o exemplo mais claro da covardia que estão tentando promover e patrocinar contra pequenos agricultores que vivem nessa situação de conflito e nessa situação de desespero há pelo menos quatro anos, aproximadamente.

A cada dia que passa, o medo aumenta, e da sexta-feira para cá todos os moradores daquela localidade passaram a viver esse medo novamente. Inclusive a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa realizou uma audiência pública, no Município de Cunha Porã, Deputado Jorginho Melo, há 60 dias, onde aproximadamente 2.500 produtores rurais fizeram um manifesto de apoio àqueles produtores rurais. E esteve presente nesta manifestação apenas um índio, que nem de lá era, era um cacique de Chapecó. E ele ficou por cinco minutos e acabou saindo daquele espaço até por medo, medo que não poderia e nem deveria ter, mas por medo afastou-se da audiência pública, porque lá não existe índio, não mora índio, nunca teve índio e hoje estão tentando empurrar goela abaixo daqueles produtores rurais uma tribo que lá nunca existiu.

A única invasão - e nós podemos fazer esta manifestação com conhecimento de causa - e o único momento que tivemos indígenas lá foi quando alguém, numa atitude covarde, pegou dois ônibus, Deputado Onofre Santo Agostini, quatro anos atrás, despejou, numa madrugada fria de inverno, na, dentro do Araçá, mais de cem indígenas da aldeia nonoai, entre crianças e senhoras.

Com frio, chuva, foram lá invadir aquela área de terra, mais foram, com certeza, vítimas do processo, inocentes que foram usados como massa de manobras por alguns que se dizem defensores do menor e dos índios. Acabaram destruindo a pequena cadeia produtiva que é patrocinada e organizada por alguns pequenos agricultores.

Então, trago esta preocupação e o meu repúdio quanto a esta atitude covarde realizada, semana passada, na região do Araçá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Ceron, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou utilizar estes seis minutos para trazer a esta Casa um assunto que já foi motivo de pronunciamento nosso. E trago este assunto, hoje, infelizmente, para confirmar uma preocupação que tivemos há questão de uns 20 dias, quando inclusive fizemos um pedido de informação ao Governador do Estado a respeito do projeto do Laboratório do Leite, que é um projeto montado para implantar em Lages, ao qual surgiram dúvidas no início deste mês sobre a possibilidade desse projeto ser transferido para Concórdia.

Nós fizemos um pedido de informação na época, mas não recebemos resposta ainda. Ele está dentro do prazo, não temos nada a contestar sobre este aspecto, mas ficamos sabendo, através de reuniões que aconteceram na semana retrasada e na semana passada, que o Governo do Estado, definitivamente, caro Deputado Antônio Carlos Vieira, através da Secretaria da Agricultura, resolveu implantar o projeto que nós tínhamos produzido para Lages para a cidade de Concórdia.

Nada contra, e eu disse, naquela oportunidade, repito aqui, que fosse um projeto para o Município de Concórdia, mas não este que nós montamos, elaboramos, estudamos, criamos todas as condições de um cenário, Deputado Celestino Secco, para que fosse instalado em Lages.

Recordo-me bem que no Governo passado, por decisão do ex-Governador Esperidião Amin, foi constituída uma comissão para fazer o estudo técnico, isento da ingerência política, porque naquela época eu e o Deputado Ivan Ranzolin éramos de Lages e o Secretário da Agricultura era do Município de Concórdia. Mas o Governador, na oportunidade, sugeriu a criação - não só sugeriu como foi implantada - de uma comissão, a fim de que fosse estudado onde deveria ser instalado o Laboratório do Leite.

E começou a tomar corpo neste Governo a idéia de que o projeto deveria ser instalado em Concórdia. Infelizmente, Deputado Onofre Santo Agostini, V.Exa. que acompanha este projeto desde o início - é evidente que, formalmente, não informado da reunião, mas nós sabemos do que aconteceu lá -, foi definido que este projeto será instalado no Município de Concórdia. E para Lages será dado um prêmio de consolação. Neste momento, a palavra do eminente Deputado Moacir Sopelsa é de que em Lages vai ser criado um outro laboratório, porque aquele projeto será instalado no Município de Concórdia.

Por isso que o pessoal entendo por que de vez em quando somos até um pouco ácido, azedo. Lá na minha região, inclusive, eles estão medindo os investimentos do Governador do Estado pelo número de visitas que ele faz a Lages. Ainda no sábado dizia no jornal que pela décima segunda vez o Governador vem a Lages. E eu começo a me preocupar, porque cada vez que ele vai tira uma coisa. Tirou a maternidade, tirou as vagas da veterinária, agora tirou o laboratório e paralisou as obras do aeroporto.

Então, preocupa-me muito a sua viagem até Lages, porque cada vez que para lá vai acaba tirando alguma coisa de nós.

E não é pelo número de visitas que ele faz a Lages - e Lages recebe bem e faz questão de continuar recebendo bem -, Deputado Afrânio Boppré, que vai medir o apreço que tem ou o conteúdo de proposta. E um amigo meu disse o seguinte: se é pelo número de vezes que vem a Lages como turista da Reunidas, tem muito mais serviço prestado ao Governador, porque ele vem 30 vezes ao mês.

Então, que o Governador continue indo a Lages, pois o receberemos de braços abertos, mas não para tirar as coisas que temos.

Deputado Jorginho Mello, trabalhamos nesse projeto que foi elaborado pelos técnicos do centro agroveterinário com muito sacrifício, e ele seria instalado anexo à Udesc, que é um órgão do Governo do Estado de Santa Catarina que é mantido pelos recursos do Tesouro do Estado. Evidentemente que seria um projeto mais perene, haveria, com certeza, mais capilaridade no ensinamento do que todos os alunos da nossa Udesc, de Lages, de veterinária, de agronomia, principalmente de veterinária, os quais iam utilizar esse laboratório para multiplicar seus conhecimentos pelo Estado de Santa Catarina.

Então, eu registro, meu caro Presidente, com muita tristeza, que um projeto nosso, montado, elaborado, gerido, estudado e concebido para ser montado, em Lages, com investimento de quase R\$500 mil, tenha sido transferido para Concórdia por uma questão política do Secretário Moacir Sopelsa, com certeza, a favor de Concórdia. E bato palmas para ele. E ao Governador do Estado quero dizer, me desculpe, que não concordo com mais essa retaliação contra a administração hoje de Lages, a qual elegeu, não sei por que, como inimiga.

Tirou maternidade, tirou as vagas da Veterinária, tirou o Laboratório do Leite, mandou prender os sargentos!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, ao cumprimentá-lo, desejamos dizer que até aqui era só em Lages. Mas nós já começamos a sentir em Tubarão também essa discriminação. Infelizmente, parece que o Prefeito de Tubarão também está incomodando muito, uma vez que já tivemos a retirada de quatro milhões de uma obra do BIB IV e de 300 mil de uma escola num importante bairro de Monte Castelo. A discriminação também já começou no nosso Município.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, Srs. Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, como disse o Deputado João Paulo Kleinübing, são tantas matérias que temos para a sessão de hoje que precisaríamos de pelo menos umas três sessões ordinárias para que pudéssemos cumprir com o nosso papel de fiscalizadores de Oposição aqui nesta Casa Legislativa, em que pese alguns não gostarem e não aceitem o trabalho da Oposição. Mas esse é o nosso papel e vamos continuar cumprindo com a missão que as urnas nos destacou na última eleição.

A primeira notícia que queremos repercutir no horário do nosso Partido diz respeito exatamente à forma ditatorial e intervencionista com que o atual Governo vem comandando o Estado de Santa Catarina.

Nós tivemos, ainda antes da posse do Governador Luiz Henrique, uma ação de intervenção no Sebrae, quando o Governador eleito quis já nomear os seus cabos eleitorais naquele órgão que nada tem a ver com a instituição pública e que realiza um trabalho exemplar.

Depois disso, tivemos a intervenção do Governador em várias oportunidades nesta Casa. Ele se apresenta como um parlamentarista, mas em nenhum momento tem demonstrado o respeito por este Poder independente, conforme preconiza a Constituição.

Depois veio a intervenção na Udesc, rechaçada pelo Poder Judiciário por 25 votos a 6, naquele ato equivocado e profundamente lamentável, patrocinado pelo Governador do Estado.

Recentemente, veio a tentativa de intervenção no Poder Judiciário, quando o Governador, destemperadamente, atacou um Magistrado por ele ter cumprido o seu dever constitucional de proferir uma sentença que desagradou o Governador.

E agora, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há uma intervenção que nos preocupa ainda mais. Se forem procedentes as notícias veiculadas e especuladas de que a demissão do competente jornalista Cláudio Prisco Paraíso teria atendido ao desejo do Governador e do Governo de Santa Catarina, aí, efetivamente, Deputado Valmir Comin, nós precisamos nos preocupar e nos organizar um pouco mais, porque estaremos entrando num processo melindroso e extremamente perigoso para o regime democrático.

O que nos causa estranheza, Deputado Onofre Santo Agostini - e o Governo já tratou de responder que não tem nada a ver com a demissão -, é o fato de essa demissão ter ocorrido exatamente um dia após o encaminhamento de uma carta do Sr. Governador do Estado ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, na qual ele inicia dizendo: "Espero que esta seja a última vez que tenho que lhe escrever para que retifique notícia infundada".

Não sei se foram coincidências de termos ou se a ordem para a demissão já havia sido determinada. O fato é que a imprensa registrou e a especulação nos corredores dão conta exatamente desse desejo do Sr. Governador do Estado de interferir agora na imprensa livre e que tem cumprir com o seu papel com imparcialidade.

Começo a ficar assustado! Somente quem passou pela Dops durante oito anos, somente quem teve o aprendizado, somente quem foi um funcionário destacado e elogiado pela Dops, poderia se portar assim.

Por isso, queremos manifestar ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, em nosso nome e da nossa Bancada, a nossa profunda e irrestrita solidariedade, bem como à Associação Catarinense de Imprensa, que também publica nota nessa direção.

Mas que seja esse, Deputado Antônio Carlos Vieira, um momento de reflexão, porque se essas notícias tiverem fundamento, não sei o que vai acontecer, por exemplo, com os jornalistas Ronald Freitas e Leandro Loyola, da revista Época desta semana, que na página 36 publicaram uma matéria chamada "Para eles não falta verba", que traz uma foto do nosso Governador do Estado e colocando de novo, de forma não positiva, como em outros tempos, o Estado de Santa Catarina na mídia nacional.

O nosso Estado, Deputado Valmir Comin, aparecia, em um tempo não muito distante, como referência de um Estado saneador, de um Estado que recuperou créditos nos contratos internacionais. E agora aparece junto com aqueles que só se preocupam em beneficiar os seus e em criar vantagens para cabos eleitorais e correligionários.

Mas vou reproduzir esta matéria daqui a pouco, pois estou inscrito para falar novamente.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Quero cumprimentá-lo pelas suas declarações, principalmente com relação ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso.

Gostaria de fazer um registro, até para a lembrança de todos nós, sobre o primeiro princípio da Declaração sobre Liberdade de Expressão, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(Passa a ler)

"A liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática."

Eu assisti, Sr. Deputado, de forma estarecida, a ocorrência. E quando o Governador do Estado previu e anunciou, na edição de quinta-feira, através da carta encaminhada ao colunista Prisco Paraíso, na qual ele colocou: "(...) a última vez que tiver que lhe escrever(...)", já era premonição. Não precisa mais escrever ao Prisco Paraíso, porque ele foi demitido pela rede que o contratava.

Pior do que isso, Sr. Deputado, não é tanto a ação do Governo que pediu, exigiu e conseguiu a cabeça do jornalista, um homem de família, um homem de bem, e sim a empresa que administrava os serviços do jornalista Prisco Paraíso, que aceitou a pressão e que se subordinou aos interesses daquele que hoje governa o Estado de Santa Catarina de uma forma muito ditatorial.

Há pouco tempo ele escrevia sobre alguns eminentes assessores de Hitler. Parece-me que ele não só sabe escrever sobre o assunto, como propaga as ações ditatoriais daquele que foi o grande inimigo da humanidade na II Guerra Mundial.

Por isso, quero cumprimentar V.Exa. e, através deste microfone, dizer ao jornalista Prisco Paraíso que ele terá neste Deputado um companheiro e um amigo sincero com quem ele poderá contar nas dificuldades da sua vida, principalmente nesses momentos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Afrânio Boppré, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sei que este assunto é bastante delicado e que dificilmente alguém poderia vir à tribuna para falar com domínio pleno do episódio que envolveu a demissão do jornalista Cláudio Prisco Paraíso.

Mas quem acompanha atentamente a imprensa pode observar que este problema já vem trazendo alguma turbulência há algum tempo. E a própria coluna do jornalista, na quinta-feira, se não me falha a memória, trouxe uma carta do Sr. Governador Luiz Henrique da Silveira, na qual a primeira frase dizia mais ou menos o seguinte: "Espero que esta seja a última vez que eu precise me reportar para fazer reparos..."

Sinceramente, penso que tinha ali um tom ameaçador e chantagioso. E perguntei-me: bem, e se porventura as fontes do jornalista o induzirem novamente a um segundo, terceiro ou quarto erro? Qual seria a posição última do Governador do Estado?

Então, quem leu a coluna na quinta-feira e viu o episódio dois ou três dias depois, é forçado a fazer uma correlação. Mas eu não quero tirar conclusões precipitadas e acabadas. Eu penso que ficou marcado na história do jornalismo catarinense, com grande negatividade, este episódio. Quero apenas, no dia de hoje, desta tribuna, ler uma matéria que tem o título Carta Aberta à População, de autoria do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

(Passa a ler)

"Na semana passada, a sociedade catarinense se surpreendeu com uma prática que julgava extinta desde os tempos de exceção: o cerceamento da liberdade de expressão nos meios de comunicação. O jornalista Cláudio Prisco Paraíso foi dispensado pelas cúpulas do jornal O Estado e do SBT-SC dos serviços que prestava como colunista e apresentador de TV. O motivo alegado pelas empresas: confrontação com as linhas editoriais daqueles veículos. A 'confrontação' entende-se como o exercício do senso crítico e independente em relação à política catarinense do trabalho do jornalista.

Desde que o jornalismo se constituiu como dimensão influente nas sociedades contemporâneas, os jornalistas têm-se pautado pelo que se convencionou chamar 'dever de informar'. Do outro lado, o público tem o direito de ser informado, tem o direito de saber. O princípio da liberdade de imprensa deve garantir o bom andamento dessas relações, deve assegurar as condições para um processo de comunicação comprometido com os interesses e anseios da sociedade. É este valor que permite que os jornalistas fiscalizem os poderes, denunciem desmandos, revelem a opressão, a tortura e as violações dos direitos do cidadão.

Infelizmente, nem sempre este valor fundamental é respeitado. Detentoras do poder da mídia, algumas empresas de comunicação julgam-se proprietárias não apenas da informação que difundem, mas também das consciências dos jornalistas que empregam. Com isto, cometem dois crimes: apropriam-se da informação - um bem público -, tratando-a como uma mera mercadoria e transformam o profissional num simples joguete de seus interesses. São delitos contra a sociedade e contra o cidadão.

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina teme pela abertura de tão grave precedente. A sociedade brasileira caminha firme na consolidação do estado democrático de direito e violações à liberdade de imprensa não atingem apenas os profissionais de comunicação, mas toda a população. O exercício da crítica é imprescindível para o jornalista, tal como o senso de equilíbrio deve pertencer à justiça. Jornalistas precisam relatar os fatos, analisar conjunturas e dividi-los com o público. A liberdade de imprensa não se deve configurar apenas como liberdade das empresas de comunicação. É em nome da

informação ética, responsável e correta que o jornalista trabalha, e a liberdade de manifestação de pensamento e expressão consta não apenas de dispositivos legais, como também de um projeto de sociedade democrática.

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina espera que práticas de cerceamento da liberdade de imprensa não se tornem correntes no Estado e que o cidadão possa continuar confiando nas instituições e na imprensa.

Florianópolis, 21 de outubro de 2003.

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina"

Faço questão de ler esta carta na tribuna como forma também de fazer prevalecer a versão de um sindicato que tem serviços prestados em nome da democracia neste Estado. E acredito que, neste momento, faz justiça ao episódio que estamos vivendo, que macula a imprensa catarinense no dia de hoje.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Nobre Deputado, ao mesmo tempo em que quero manifestar solidariedade ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, gostaria de dizer que a nota lida por V.Exa. confirma, mais uma vez, aquilo que o jornal A Notícia divulgou no dia de hoje, cuja manchete é a seguinte: "Brasil criticado sobre liberdade de imprensa. Violência e ameaça aos profissionais, principalmente de jornais regionais".

Ontem, a entidade chamada Repórter Sem Fronteira divulgou que o Brasil ocupa a 71ª posição no *ranking* sobre a questão da liberdade de imprensa. Então, esse fato concreto confirma a notícia hoje divulgada pelo jornal A Notícia.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Hoje pela manhã ouvi, na Rádio CBN, Deputado Eccel, o jornalista Heródoto Barbeiro também fazer referência a este relatório que de fato preocupa-nos, porque as consciências não podem ser construídas ao sabor dos interesses dos proprietários dos veículos de comunicação, que, muitas vezes, obtêm as concessões para explorar rádios e televisões por caminhos tortuosos e duvidosos, que devolvem aos donos do poder favores, buscando dirigir a opinião e, evidentemente, anulando a opinião independente e livre dos seus profissionais de imprensa, que não podem ficar sendo cerceados pela lógica empresarial.

Então, estamos diante de um momento em que a sociedade catarinense precisa refletir para que não erramos nos momentos subsequentes.

Quero ainda aproveitar este espaço, Sr. Presidente, para fazer uma manifestação, porque no dia de ontem, em consonância com todo o esforço que a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores está fazendo em âmbito nacional, tomei a iniciativa para, no Município de Florianópolis, inscrever a minha pré-candidatura à Prefeitura de Florianópolis.

Queremos dizer que, para todos nós do PT, este é um momento muito importante. Fizemos um esforço nacional, através de uma campanha de novas filiações, que foi bem sucedida. Já criamos uma força tarefa, que é a criação dos nossos Grupos de Trabalho Eleitorais, que são estruturas que o nosso Partido cria para auxiliar as nossas direções partidárias.

Os GTEs já estão constituídos na maioria dos Municípios, em 100% dos Estados do Brasil e já temos, inclusive, a coordenação do grupo de trabalho eleitoral nacional do PT, que tem como Coordenador-Geral o Secretário Nacional de Organização, Sílvio Pereira, que esteve, inclusive, na semana passada em Rio do Sul, organizando um seminário do PT com relação às eleições de 2004.

Isso mostra que nós estamos nos preparando para o desafio eleitoral do ano que vem. Sabemos que será uma eleição inédita, porque será a primeira vez que nós, do Partido dos Trabalhadores, iremos disputar uma eleição municipal estando com a responsabilidade maior de conduzir a Presidência da República.

O resultado eleitoral colhido nas urnas em 2004 mostrará, de certa forma, a opinião da população em geral com relação ao desempenho do Governo Lula. Isso é inegável. Não podemos deixar de interpretar também esta faceta de um resultado eleitoral.

Queremos dizer que sabemos que as forças conservadoras, que as forças retrógradas e opositoras às mudanças neste País farão de tudo para tentar macular o processo eleitoral e derrotar o Governo Lula.

Por isso, desde já estamos nos organizando. Queremos eleger o maior número de Prefeitos na história do Partido dos Trabalhadores na eleição de 2004. Queremos eleger o maior número de Vereadores. O nosso o Partido, nessa eleição, mostrará a sua relação com os movimentos sociais, a partir das experiências de Governo nas administrações municipais, a exemplo de Criciúma, de Blumenau, de Chapecó, de Porto Alegre, de São Paulo, de Belém, onde poderemos mostrar o chamado "modo petista de governar" como pauta referencial das nossas ações nas Prefeituras.

Queremos aqui dizer que estamos construindo no Partido dos Trabalhadores um processo que no nosso entender tende a culminar, em Florianópolis, com a busca de um consenso. O nosso Partido reserva, estatutariamente, a prévia, a eleição interna para a escolha do seu candidato a Prefeito, como um dos expedientes democráticos. Para nós a prévia é um último recurso a ser utilizado. Antes, porém, vamos esgotar todas as possibilidades de discussão para fazer prevalecer em Florianópolis, na nossa Capital, a possibilidade de uma candidatura de consenso.

Portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje gostaria de registrar que ontem, dia 20 de outubro, eu me inscrevi como primeiro candidato do Partido dos Trabalhadores às eleições municipais de 2004.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, utilizo o espaço do PFL neste dia para também repercutir aqui o meu pensamento a respeito do episódio envolvendo o eminente, eficiente e renomado jornalista Cláudio Prisco Paraíso.

Ouvi, com muita atenção, o depoimento dos Deputados Joares Ponticelli e Afrânio Boppré e queria também tentar exprimir o meu pensamento e o do PFL a respeito desse episódio.

Na matéria do dia 15, Deputado Joares Ponticelli, na Informação Geral, o jornalista Prisco Paraíso coloca a sua versão na questão do preenchimento de cargos por parte de elementos do PMDB de Santa Catarina no Governo Federal. Não vou, evidentemente, ler a matéria, mas ele a termina com a seguinte frase: "Dor de cabeça a vista".

Imagino até que naquele momento o jornalista Cláudio Prisco Paraíso se referia à dor de cabeça do Governador. Mas parece-me que quem acabou tendo dor de cabeça não foi o jornalista, mas a história do jornalismo, a liberdade da imprensa de Santa Catarina.

O Deputado Afrânio Boppré já citou, mas vou repetir a carta:

(Passa a ler)

"Espero que esta seja a última vez que tenho que lhe escrever para que retifique notícia infundada. Mantive, encontro sem testemunhas, com o Ministro José Dirceu, no qual tratei exclusivamente da liberação de recursos para obras". E assim vai indo a carta toda. "Além disso, tratamos das articulações para aprovação este ano das reformas. Não tratei das nomeações para a Eletrosul, coerente com o documento que assinei junto com os demais Governadores (...)."

Continua o Governador: "Se antes de publicar matéria tão grave tivesse me consultado, não teria feito afirmações tão desagregadoras". E aí vem a ameaça, Deputado Joares Ponticelli: "Espero que, para a exaltação da verdade, publique esta carta no mesmo espaço e com o mesmo destaque na sua coluna". E aí vem uma questão bem determinada de amanhã, porque com certeza já previa o depois de amanhã, Deputado Antônio Carlos Vieira. No depois de amanhã talvez, na interpretação de Sua Excelência, o Governador, este colunista não estivesse mais a assinar esta coluna no jornal O Estado.

Se este fato, por si só, se encerrassem ou não tivesse maiores repercussões, eu entendo que sua gravidade seria bem menor. Mas daí pergunto, Sr. Presidente Srs. Deputados: o que fará de hoje em diante, Deputado José Serafim, um colunista lá do Município pequeno da sua região? Será que ele terá a coragem, a autonomia e a liberdade de publicar uma nota, embora que verdadeira, mas não do interesse do Poder Executivo Estadual?

Tentar tirar a conotação política deste caso, dizer que foi uma simples coincidência, com a repercussão terrível que este episódio trará a liberdade de imprensa de Santa Catarina, é muito comodismo e muita ingenuidade de nossa parte. E nesta Casa não tem lugar para ingenuidade deste tamanho, ou seja, se imaginar que a demissão estava na mesa do diretor da empresa e que só foi assinada um dia depois. E até, se foi esse o caso, tenho certeza de que o empresário não assinaria. Ele protelaria por 30 ou 60 dias para não dar a conotação.

Então, toda a leitura nos faz pensar que foi uma ingerência no poder político, numa empresa, é bem verdade, da iniciativa privada.

Se essa, Deputado Joares Ponticelli, fosse a única atitude autoritária do Governador do Estado, também poderíamos aliviar e entender que foi uma escorregada e que isso acontece. Mas, como V.Exa. colocou aqui, é questão da Udesc, é um puxão de orelha público nos próprios Deputados há alguns dias, é compra do palácio da Procuradoria-Geral do Estado, é compra do Palácio do Besc - e não é pela compra, mas sem autorização legislativa - é o Projeto Revigorar, que veio a esta Casa sabidamente inconstitucional, por medida provisória afrontando este Poder.

Por isso, estamos dando entrada no expediente de hoje a uma moção - e entendo que isso é o mínimo que esta Casa Legislativa pode fazer ao renomado e eficiente jornalista Cláudio Prisco Paraíso - de solidariedade pela sua demissão, coincidentemente ocorrida num dia posterior a esta carta ameaçadora.

Então, eu pediria aos Srs. Deputados a aprovação desta moção para que possamos materializar o nosso sentimento de liberdade de imprensa e não somente a liberdade pontual ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, que merece de todos nós o maior respeito, mas principalmente aquele jornalista lá de Itapiranga, de Taió, de Santa Cecília, que depende, também, da verba da Secretaria de Comunicação. Será que vai ter coragem de publicar alguma coisa ou tudo vai passar pelo crivo?

Então, queria alertar aos nobres Deputados da gravidade desse caso na sua extensão, na sua ramificação, naquilo que pode produzir, Deputado Celestino Secco, de efeito nefasto à liberdade de imprensa, que deve nortear, que deve conduzir todo o processo. E aqui tanto se exalta a biografia democrática do Governador, mas, infelizmente, é o discurso porque a prática não é essa. Eu lamento!

Tomara que ao longo do tempo o Poder Executivo nos prove que foi um outro motivo, porque é ruim para Santa Catarina, é uma página negra para a história do jornalismo de Santa Catarina. Tomara, Deputado Rogério Mendonça, que estejamos enganados e que a verdade não seja essa que aflora à consciência e à mente de todos nós.

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - Deputado Antônio Ceron, Líder da nossa Bancada, quero, juntamente com V.Exa., subscrever a moção para que ela seja uma moção de solidariedade da nossa Bancada com o jornalista Paulo Prisco Paraíso pelo ato autoritário contra ele praticado, o que esperamos não se repetir mais; que se transforme, na prática, o discurso da democracia e do respeito às liberdades individuais.

Como disse a V.Exa., não é apenas esse fato, mas aquilo que pode significar e trazer de consequências para todos aqueles jornalistas que têm na sua independência e na liberdade de opinião o grande patrimônio. E o jornalista Prisco Paraíso tem uma história pautada pela ética e pelo bom uso da sua caneta enquanto jornalista, e merece a nossa solidariedade, o nosso apoio e o nosso respaldo.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado, a solidariedade, com relação ao jornalista Prisco Paraíso, também seria da minha parte, mas não com relação ao Governador, até porque ontem mesmo, em uma reunião com Sua Excelência, falávamos sobre isso. E ele dizia que, primeiramente, se tivesse qualquer intenção contra Prisco Paraíso não mandaria, num primeiro momento, aquela carta colocando algo em termos de justiça aos meios legais que poderia fazer relação a alguma notícia que discordasse em relação ao jornalista Prisco Paraíso.

E mais ainda, Sua Excelência disse que viveu o arbítrio do período negro da ditadura, que é jornalista por profissão e, absolutamente, não faria e não aceitaria, de forma nenhuma, que alguém da sua equipe pudesse fazer, da forma como imaginam, a retirada do jornalista Prisco Paraíso do SBT e de outro meio de comunicação.

Portanto, estamos tranquilos em relação à atitude do Governador Luiz Henrique da Silveira. Ele é democrático, nunca faria isso! Temos certeza de que nada não partiu do Governador Luiz Henrique da Silveira nada em relação ao jornalista Prisco Paraíso.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Eu agradeço pelo seu aparte, Deputado.

Mas confesso que, Deputado Jorginho Mello, assim como V.Exa., com certeza Santa Catarina inteira não acredita que não haja aí, de maneira muito objetiva, direta e incisiva, a participação de coesão...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedit.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não posso me omitir no dia de hoje de vir a esta tribuna em defesa do Governador Luiz Henrique da Silveira, que acabou de ser acusado de forma injusta, até porque o que se quer aqui é fazer o julgamento e já aplicar a sentença contra o nosso Governador.

O Governador Luiz Henrique, como todos nós, pode ter seus defeitos, mas o de postura antidemocrática, o de não respeitar um colega jornalista, não, porque Luiz Henrique não é só jornalista na prática, com carteira, mas jornalista por formação familiar. O seu pai foi proprietário de um jornal, que por muitas vezes foi fechado, destruído nos períodos de exceção no nosso País. E ele conhece bem o que é o respeito à imprensa livre e ao direito de opinião.

Na verdade, fiquei sabendo desse assunto agora, pela crítica. Não sabia que o jornalista Cláudio Prisco Paraíso havia deixado os dois meios de comunicação em que era colunista.

Agora, tem que se fazer justiça à pessoa de Luiz Henrique! Não se pode criticar só pelo indicio, pela coincidência. Se Luiz Henrique quisesse prejudicar, usar a sua influência - se é que ela vale para o meio de comunicação, porque eu creio que nos dias de hoje não vale mais - para tirar um jornalista do meio de comunicação onde ele trabalha... até porque um jornal tem toda uma estrutura e tem que exigir respeito aos seus colunistas, aos seus jornalistas. Então, o jornal não admitiria qualquer tipo de pressão!

Se Luiz Henrique quisesse fazer algum mal contra o jornalista Cláudio Prisco, não iria mandar, Deputado Herneus de Nadal, um documento, pois é direito do Governador contrapor à ideia do jornalista, porque o direito de imprensa existe! O que não existe é o jornalista falar sozinho e não receber resposta.

O Governador Luiz Henrique, como advogado, como jornalista, que sempre defendeu o princípio do contraditório, tomou a atitude correta: mandou um documento, uma carta ao jornalista, em mão, não concordando com a matéria ou com o assunto, contestando as ideias do jornalista, refutando o que ele havia dito!

Se Sua Excelência quisesse prejudicar o jornalista, teria feito o que aqueles que no passado, no período da ditadura militar faziam - prendiam, cassavam, baniam da vida pública ou do jornal; mandavam fechar o jornal, destruíam o jornal, como aconteceu até época do Collor, que mandou invadir a Folha de S. Paulo.

Não é esta a prática de Luiz Henrique da Silveira, Deputado Herneus de Nadal e Deputado Rogério Mendonça. A prática de Luiz Henrique é a democrática, é a que enfrenta, frente a frente, pois tem a coragem de contestar quando entende que a opinião não é aquela que entende como a mais correta.

Então, a maior defesa em favor do Governador Luiz Henrique da Silveira, também jornalista, é esta de ter contestado antes e publicamente. Tenho certeza de que, pelo que conheço da sua personalidade, jamais faria qualquer tipo de maldade no sentido de pedir para o jornal retirar um jornalista da sua função.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Ronaldo Benedit, no instante em que o Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira fez um manifesto, como relata V.Exa., discordando de matéria jornalística, está exercendo um direito seu, um direito democrático.

Agora, a partir daí, fazer insinuações, atribuindo ao Governador decisões com relação ao vínculo empregatício de um jornalista conceituado, respeitado por todos nós, já é, no meu modo de ver, uma grande temeridade. Até porque, com a facilidade, Deputado Ronaldo Benedit, que temos nos dias de hoje, com os meios de comunicação que estão à nossa disposição, o telefone celular, seria muito mais prático, mais adequado e mais justo, que se fizesse essas indagações ao proprietário das empresas.

Fazer-se aqui um juízo inadequado, fazer-se aqui projeções, responsabilizando o Sr. Governador, de fato, a meu ver, a meu juízo é uma temeridade muito grande, além de se praticar um ato de injustiça com alguém que é jornalista, que é um homem que veio da luta pela democratização do nosso País.

Ao tempo em que manifesto aqui o nosso apreço, Deputado Ronaldo Benedit, pelo trabalho do competente jornalista Cláudio Prisco Paraíso, também neste momento quero fazer referência que não se pode atribuir essa responsabilidade ao Governador do Estado. Mas é simples, é só consultar os proprietários dos veículos de comunicação para que exteriorizem, para que manifestem a sua decisão.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Tenho um grande apreço pelo jornalista Cláudio Prisco Paraíso, mas nunca percebi qualquer relação de animosidade entre ele e o atual Governador.

Então, não vejo por que a questão ser colocada dessa forma, até porque é como uma pena jogada de cima da torre de uma igreja, não se recolhe mais! Não sei de onde veio essa informação, nenhum jornal deu conta o tipo de informação para acusar o Governador desse tipo de prática.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Ronaldo Benedit, ao mesmo tempo em que volto a enaltecer o jornalista Cláudio

Prisco Paraíso, por quem também tenho amizade pessoal e grande consideração, gostaria de perguntar pelo outro lado da moeda, que, aliás, o Deputado Herneus de Nadal já fez referência. Se o Governador fez pressão e, hipoteticamente, tivesse realmente conseguido retirar o jornalista Cláudio Prisco Paraíso do jornal O Estado e da rede de televisão SBT/SC, da mesma forma esses meios de comunicação se sujeitaram a esse tipo de pressão!

E eu pergunto, Deputado Ronaldo Benedit, de que maneira a sociedade catarinense estaria vendo esses meios de comunicação que se sujeitam facilmente a esse tipo de pressão? Eu não acredito que o SBT de Santa Catarina e o jornal O Estado se sujeitariam a esse tipo de pressão. E se estivessem sujeitos a esse tipo de pressão, com toda a certeza eles não merecem, de nossa parte, nenhuma consideração.

Vamos olhar o outro lado da moeda. Se tivesse acontecido, que respeito nós teríamos por esses meios de comunicação? Eu tenho um grande respeito pelo SBT de Santa Catarina e pelo jornal O Estado.

Por isso, independente da posição do Governador, a quem confio e acredito que não se envolveu nesse processo, confio também que mesmo que houvesse pressão de alguém, esses meios de comunicação não se sujeitariam da forma como está sendo colocado aqui pela Oposição.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Ronaldo Benedit.

Nós conhecemos bem Luiz Henrique da Silveira. Eu, um dia viajando, questioneei ao Governador por que queria governar toda Santa Catarina e para os Prefeitos de todos Partidos. Ele respondeu que não admitia, que não aceitava a forma, a discriminação com que foi tratado em Joinville, e por isso não admitia discriminar os outros, não importava o Partido.

Luiz Henrique é uma pessoa que lutou na época da perseguição no regime democrático, e por isso jamais partiria dele esse tipo de ação, prejudicando o meu grande amigo Cláudio Prisco Paraíso. Tenho certeza, convicção de que não tem nada a ver Luiz Henrique essa tragédia.

Somos solidários ao Cláudio Prisco Paraíso, grande jornalista, colonista, amigo desta Casa. E, com certeza de que Luiz Henrique da Silveira não tem nada a ver com esse episódio porque é um homem de bem, um homem de respeito...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda adentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero inicialmente saudar a presença aqui do jornalista Moacir Pereira, do jornalista Paulo Alce; infelizmente, o jornalista Prisco Paraíso não está aqui.

Quero me solidarizar com ele e cumprimentar todos os jornalistas que fazem o trabalho diário nesta Casa, que é a Casa mais democrática de todos os Poderes, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Deputado Jorginho Mello, obrigado pelo aparte.

Eu confesso que não conhecia o jornalista Prisco Paraíso até me tornar Deputado Estadual, mas quero aqui também externar a minha solidariedade e dizer ao jornalista da admiração que tenho por sua coluna. Sabemos da importância que são as suas manifestações públicas e políticas para a imprensa, para a democracia.

Como vice-Líder do Governo conversei muito com o Secretário Derly a respeito das versões que existem a respeito de todo este episódio. E com certeza, conhecendo o Governador como nós conhecemos, conhecendo o Secretário Derly como nós conhecemos, nós sabemos que o Governo em momento algum usou de qualquer artifício para isso.

Com certeza eu torço, Deputado Jorginho Mello, para que o fato e a versão caminhem paralelos e nunca convergentes a respeito desse episódio. Mas desde já quero aqui deixar também a nossa solidariedade ao jornalista, pai, amigo, profissional que é, Prisco Paraíso. Mas nós podíamos em hipótese alguma, e não quero e não posso aceitar em hipótese alguma, que haja por parte do Governo do Estado qualquer interferência em relação a isso.

Eu acho que quem deve dar resposta à sociedade, aos anseios nossos e dos homens de imprensa é o proprietário da empresa para a qual o jornalista trabalhava.

Era essa a manifestação.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Muito bem, Deputado Eduardo Cherem.

Com certeza nós queremos deixar registrada a nossa solidariedade ao jornalista Paulo Prisco Paraíso, em certeza absoluta de que, quem acredita em Deus, quando se fecha uma porta abrem-se diversas janelas na vida de cada cidadão e de cada cristão neste mundo.

Mas quero falar sobre um assunto que dediquei grande parte do mandato passado, principalmente no ano de 1999, na companhia do Deputado Pedro Uczai. Palmilhamos o Estado de Santa Catarina visitando todas as universidades do sistema Acafe, falando sobre a distribuição do art. 170, do dinheiro público que é destinado a pessoas carentes para custear a sua faculdade.

Falava agora há pouco com o Deputado Paulo Eccel, que é o Presidente da Comissão de Educação. Ainda me intriga, Deputado, muitos pedidos que recebo, muitas queixas que recebo, nas minhas andanças por Santa Catarina, de alunos, de pais de alunos, ainda contestando que o seu filho não teve acesso, não conseguiu a bolsa e que, portanto, vai desistir da faculdade.

Quero fazer um apelo a todos os Deputados no sentido de que esse seja um assunto que esteja na agenda de cada Parlamentar, onde estiver. Na região em que estiver que ajude a fazer com que o dinheiro do art. 170 seja distribuído para efetivamente pessoas que não têm condições de pagar.

Das 137 mil alunos que frequentam o Sistema Acafe em Santa Catarina, 10% são atendidos pelo art. 170 - 13 mil alunos.

Fiquei muito feliz quando houve a tramitação da renovação da Lei Complementar nº 180, que passou a ser 0009/2003, através da qual passou aquele percentual mínimo de 20% para 50%. Foi uma emenda minha que tramitava já nesta Casa, porque sei e tenho consciência de que muito alunos, se forem atendidos com 20%, 30%, assim mesmo vão trancar ou vão deixar de cursar a sua faculdade.

Citando por exemplo um curso de Odontologia, que custa em média R\$1 mil/mês, se um aluno carente receber um benefício de 30%, ele vai ganhar R\$300,00. Ele não vai conseguir pagar os R\$700,00. Agora, se ele tiver um benefício de R\$500,00, fica bem mais fácil para ele, com sacrifício, com o seu trabalho, com a ajuda da família, conseguir pagar os outros 50%.

Fico muito feliz de essa emenda ter sido aprovada. E precisamos apressar isso, até porque a comissão que julga, composta por dois alunos indicados pelas universidades e um membro do Ministério Público, fez até hoje um grande trabalho, e por isso não acredito que alguém esteja se beneficiando do dinheiro público sem ter necessidade. Não acredito.

Queremos a agregação de mais entidades para que o processo fique mais transparente. Queremos que efetivamente o dinheiro público seja aplicado para quem não tem condições de pagar a sua faculdade. É muito cara uma faculdade. É cara demais.

Nós, Deputados, somos cobrados todo santo dia sobre o que pode ser feito. E isso nos preocupa muito.

Agora, está na Comissão de Finanças. Quero fazer um apelo ao Deputado Antônio Ceron, nosso Presidente, para que consigamos apressar para viabilizar definitivamente o art. 170 com as correções, com os ajustes, agora, sendo transformados em 90% para bolsa e 10% para bolsa-pesquisa, que acaba sendo bolsa de estudo. Isso é importante.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Nobre Deputado, inicialmente quero cumprimentá-lo pela emenda apresentada, que estabeleceu o mínimo de 50% da bolsa.

Essa emenda foi submetida aos estudantes de Santa Catarina nas audiências públicas que realizamos em conjunto, no primeiro semestre - a Comissão de Educação com a Comissão de Constituição e Justiça -, e foi aprovada praticamente por unanimidade dos estudantes de Santa Catarina.

Essa emenda foi incorporada ao projeto e agora está na Comissão de Finanças e Tributação, cujo Presidente é o Deputado Antônio Ceron, com o qual faço coro juntamente com V.Exa. para que procure agilizar o processo também naquela Comissão.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Recebemos o projeto na Comissão, mas ele ainda não está distribuído. Só quero dizer que a proposta do Governo do Estado não era essa que se está construindo; por isso, precisamos ver se os Partidos que dão sustentação ao Governo do Estado concordam em ampliar os recursos, porque senão não adianta.

Podemos até aprovar, mas queremos ver se na hora do voto a Bancada que dá sustentação ao Governo do Estado

concorda na ampliação do volume de recursos, porque a proposta do Governo de emenda constitucional é simplesmente para abrir as portas para os alunos das escolas particulares, não ampliando recursos.

O cobertor já está curto hoje. Então, não adianta colocar mais alunos embaixo deste cobertor. Fico contente pelo seu depoimento e pode ter certeza de que na Comissão de Finanças vai agilizar a tramitação dessa matéria.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Quero dizer que no domingo o glorioso PSDB fará a maior convenção em Santa Catarina, que se realizará no Clube Doze de Agosto.

Depois que V.Exa. veio para o Partido, também vieram os Deputados Eduardo Cherem, Clésio Salvaro, Gilmar Knaesel, Djalma Berger; elegemos o Senador Leonel Pavan, e o Partido agora vai fazer a maior convenção realizada no Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Projetos de Lei nºs 0166/2003, 0182/2003, 0321/2003 e 0343/2003;

A Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios nºs 0035/2003 e 0046/2003;

A Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: 0057/2003 e 0058/2003.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0169/2003, que declara de utilidade pública o Conselho de Segurança da Comunidade e Escolas do Grande Garcia, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0198/2003, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Furadinho, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0230/2003, que declara de utilidade pública o Bloco Carnavalesco Batuqueiros do Limão, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0221/2003, que autoriza a reversão de imóvel no Município de Xanxerê.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0196/2003, que institui o Dia Catarinense do Yoga.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0227/2003, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0228/2003, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova, de Porto Belo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0253/2003, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0276/2003, que declara de utilidade pública a Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0296/2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Forquilha.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0017/2003, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será nominal.

Os Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

São necessários 21 votos "sim" para a aprovação do projeto.

Em votação.  
O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, só para esclarecer: este projeto se refere ao percentual de aumento? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Perfeitamente, Deputado, este projeto fixa o índice de aumento. Depois será apreciado o que concede o abono.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, embora a votação já se tenha iniciado, eu ia solicitar verificação de quórum, por uma questão de prudência, uma vez que são necessários 21 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sr. Deputado, está muito claro, dá para ver, visualmente, que nós temos quórum regimental para deliberação.

Esta Presidência solicita que os Srs. Deputados que não votaram, por favor, utilizem o processo eletrônico de votação, pois faltam, pelo menos, três votos para que a matéria seja aprovada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, nós fazemos um apelo aos Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, para que compareçam ao Plenário para votar a matéria, porque seria injusto com o Ministério Público, uma vez que o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário e o Poder Executivo já tiveram seus projetos aprovados. Será, então, uma discriminação com o Ministério Público se não votarmos este projeto.

Fazemos um apelo a todos os Deputados que não se encontram em Plenário, que estão na casa, para que venham votar.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Vou votar sim, exatamente, para não prejudicar o projeto, porque a minha intenção era...(inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Continua em votação.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	abst
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CELESTINO SECCO	abst
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	abst
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	abst
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Está encerrada a votação.  
Temos 23 votos "sim" nenhum voto "não" e quatro abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 018/2003, de origem da Procuradoria-Geral de Justiça, que concede abono aos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Em discussão a emenda.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será nominal.

Em votação a emenda aditiva.  
O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, por gentileza, gostaria que V.Exa. esclarecesse o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - A emenda aditiva diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Fica acrescido um segundo parágrafo ao art. 1º, renumerando-se o parágrafo único do Projeto de Lei nº 0020/2003, que concede abono aos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, com a seguinte redação:

Art. 1º, § 2º: "Os servidores ou pensionistas com remuneração ou proventos iguais ou superiores a R\$6.000,00 não fazem jus ao abono referido no *caput* deste artigo."

No caso, então, seria não conceder abono àqueles ganham acima de R\$6 mil.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	sim
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Está encerrada a votação.  
Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a emenda aditiva.  
Em discussão o projeto.

(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será nominal.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	sim
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Está encerrada a votação.  
Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Temos um requerimento de autoria das Lideranças dos respectivos Partidos desta Casa, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Os Líderes que este subscrevem requerem a inclusão, na Ordem do Dia da presente sessão, do Projeto de Lei nº 0376/2003, que institui o Dia do Leonismo Catarinense e adota outras providências.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 0376/2003, que institui o Dia do Leonismo Catarinense e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, há uma solicitação dos Srs. Deputados. Se houver concordância das Lideranças, encerraremos a presente sessão e convocaremos outra, extraordinária, para votarmos essas matérias e a redação final em segundo turno, colocando, em seguida, em discussão os requerimentos.

Consulto as Lideranças para saber se concordam com a solicitação.

(As Lideranças acquiescem.)

Havendo concordância das Lideranças, esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para as 16h22min.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 21 DE OUTUBRO DE 2003

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Júlio

Garcia - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odeete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.  
O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da presença do ex-Deputado e hoje Prefeito de Urussanga, Vanderlei Olívio Rosso, que

veio a esta Casa, acompanhado de sua esposa, prestigiar a nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado! Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 196/2003, de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que institui o Dia Catarinense da loga.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do Deputado Paulo Eccel, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque.

Conta parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 228/2003, de autoria do Sr. Deputado Narcizo Parisotto, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova, de Porto Belo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do Sr. Deputado Mauro Mariani, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 276/2003, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública a instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 296/2003, de autoria do Sr. Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Forquilha.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0376/2003, de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que institui o Dia do Leonismo Catarinense e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0017/2003, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será nominal.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	abs- tenção
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	abstenção
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	

DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	abs- tenção
DEPUTADO JOÃO RODRIGUES	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	abstenção
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JÚLIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NELSON GOETTEN	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e 04 abstenções.

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 018/2003, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que concede abono aos servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será nominal.

Em votação o projeto, com a emenda já acatada em primeiro turno.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto com a emenda e os que votarem "não" rejeitam o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DJALMA BERGER	
DEPUTADO EDUARDO CHEREM	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING	

DEPUTADO JOÃO RODRIGUES		DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADO WILSON VIEIRA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO JORGINHO MELLO		DEPUTADO PAULO ECCEL	sim	Temos 25 votos "sim" e nenhum	
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA		voto "não".	
DEPUTADO JÚLIO GARCIA		DEPUTADO RENO CARAMORI		Está aprovado em segundo turno,	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	sem prejuízo da emenda.	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Esta Presidência encerra a pre-	
DEPUTADO MAURO MARIANI	sim	DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim	sente sessão, convocando outra, extraor-	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO SÉRGIO GODINHO		dinária, para hoje, às 16h29min, para a	
DEPUTADO NELSON GOETTEN		DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim	votação redação final das matérias.	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	Está encerrada a sessão.	
DEPUTADO NILSON MACHADO		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI			

# ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

### EM 21 DE OUTUBRO DE 2003

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às dezesseis horas e vinte e nove, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Klenübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.  
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 169/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 198/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 230/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 221/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 196/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 227/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 228/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 253/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 276/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 296/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 376/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0017/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0018/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 564/2003, de autoria do Deputado Eduardo Cherem; 565/2003, de autoria do Deputado João Paulo Kleinübing; e 566/2003, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Associação Brasileira de Odontologia, parabenizando-o pelo Dia do Cirurgião Dentista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Conselho Regional de Odontologia, parabenizando-o pelo Dia do Cirurgião Dentista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Arcebispo Dom Murilo Krieger, parabenizando-o pela aquisição da Rádio Cultura de Florianópolis, por parte da Cúria Metropolitana.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Braço do Norte, parabenizando-o pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Câmara Municipal de Braço do Norte, parabenizando-o pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Coopercentral Aurora, cumprimentando-o pela outorga da Comenda Mérito Avícola Nacional Lauristen Von Schmidt, concedida pela União Avícola Brasileira.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Eccel, que requer o encerramento da tramitação do Projeto de Lei nº 037/2003, que altera a Lei nº 11.398/2000, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte - SIMPLES/SC -, e o seu conseqüente arquivamento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Vieira, que requer a constituição de um Fórum Permanente para acompanhar os efeitos da Lei Federal nº 9.636, de 1998, que cria instrumentos legais para a venda dos terrenos considerados terras de marinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Justiça, ao Secretário Nacional de Segurança Pública, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, solicitando a reativação do Posto da Polícia Rodoviária Federal no entroncamento das BRs 101 e 470, em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, sugerindo providências no sentido de desenvolver campanhas publicitárias de conscientização ao longo da BR-101, visando coibir o consumo de álcool junto aos motoristas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prefeita de Florianópolis, solicitando que seja encaminhado à Câmara Municipal de Florianópolis projeto de lei desapropriando área de terra na localidade de Porto da Lagoa, Distrito da Lagoa da Conceição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Ibama de Santa Catarina, pedindo que seja coibida a pesca predatória pelos barcos atuneiros no litoral da microrregião da Amfri, entre Porto Belo e Piçarras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Eduardo Cherem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Sr. Presidente, manifesto-me sobre esta matéria devido ao abuso que os nossos pescadores artesanais estão sofrendo com a pesca da isca feita pelos atuneiros praticamente dentro de todo o litoral, que vai de Porto Belo a Barra Velha.

Existe uma determinação do Ibama, sobre a qual fala-se, mas não se mostra, que é legal. Mas no nosso entendimento, Sr. Presidente, tem que ser feita alguma coisa para evitar isso. O nosso pescador artesanal, que cada vez mais sofre com a pesca predatória, com o grande poderio econômico dos proprietários de barcos, não tem mais motivação para ir pescar o seu sustento, a sua renda diária, pela competição desonesta que está sofrendo com a pesca predatória.

Então, Srs. Deputados, faço esse requerimento porque não consigo imaginar que essa seja uma atividade legal, estando os barcos cada vez mais dentro das nossas baías, concorrendo deslealmente com os nossos pescadores artesanais.

Hoje, na nossa região há uma ansiedade, uma angústia muito grande em relação a essa pesca. Estamos cada vez mais convencidos que daqui a pouco, pela proximidade dos barcos pesqueiros, estarão pescando o turista e o morador na areia de Balneário Camboriú, porque estão cada vez mais perto para a pesca da isca viva, a pesca da manjuva.

Então, queremos realmente saber se o Ibama está autorizando, qual é a legalidade desse ato, qual é a distância mínima que pode ficar do nosso litoral para que essa Casa tenha argumentação, até para se manifestar e fazer com que essa pesca seja proibida.

Era essa a colocação, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu gostaria de parabenizar o Deputado Eduardo Cherem e aproveitar para dizer que no mesmo sentido vou encaminhar uma moção ao Ibama e ao Ministério da Marinha para que seja encaminhada urgentemente uma corveta para a região Sul do Estado de Santa Catarina para que a Marinha faça o patrulhamento, porque o Ibama diz que não pode cuidar porque não tem equipamento para fiscalizar os barcos e a Marinha diz que precisa de autorização do Ibama.

O Ibama multa com valores altíssimos os nossos pequenos pescadores e às vezes até desportistas por estarem com uma pequena tarrafa, e apreende-a.

Agora, os barcos pesqueiros vão para a beira do mar passar uma rede, fazendo arrastão, arrebentando a rede do

nosso pescador profissional, mas artesanal, e destroem equipamentos no Farol de Santa Marta.

Recebi queixas do Vereador Luizinho, do Morro da Fumaça, que tem ligações com esses pescadores, dizendo que causam prejuízos seriíssimos aos pescadores artesanais, filiados às colônias de pesca e com autorização para pescar. Além de destruírem seus equipamentos, esses barcos grandes destroem e matam os peixes pequenos, que seriam a pesca desses pescadores! E nada é feito. São muitos peixes na praia mortos, destruídos por essas redes de pescadores de grandes barcos pesqueiros.

Quero dizer que é preciso que se tome uma providência; que esta Casa solicite. E eu vou encaminhar essa moção ao Ministério da Marinha e ao Ibama para que tomem providências, mandando uma corveta para fazer a fiscalização na nossa costa, e que esses barcos vão pescar na distância permitida por lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Diretoria Regional do Senai, reivindicando a implantação de unidade do órgão no Município de Taíó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Djalma Berger, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e aos Secretários da Infra-Estrutura e da Segurança Pública, reivindicando recapeamento asfáltico, sinalização e policiamento na SC-407.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser enviado ao Secretário da Fazenda, contendo quesitos sobre a Apae de Canelinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Eduardo Cherem, a ser enviado ao Superintendente do Ibama, contendo quesitos sobre a pesca predatória pelos barcos atuneiros na micro-região da AMFRI.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre depósitos efetuados na Caixa do Tesouro em 23 e 30 de dezembro de 2002, pertencentes à IOESC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PT, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à dotação orçamentária de 2003 para realização de plebiscitos visando emancipação de Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Presidente da República, aos Ministros da Fazenda, da Casa Civil e aos membros da Bancada Catarinense no Congresso Nacional, apelando para edição de medida provisória visando a permanência das empresas no Simples, com a conseqüente correção do teto referente à renda bruta anual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Antônio Ceron, a ser enviada ao Jornalista Cláudio Prisco Paraíso, manifestando solidariedade em virtude de sua demissão do jornal O Estado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, já conversei com o Autor da Moção e pedi autorização para também assiná-la, em repúdio ao ato da demissão do jornalista e em defesa ao direito de imprensa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, consulto o Autor da moção da possibilidade de retirar dos §§ 2º e 3º, que fazem referência ao Governador

Luiz Henrique da Silveira, induzindo, fazendo uma manifestação procurando vincular o Governador à causa do afastamento do jornalista.

Se puder ser retirada esta parte, nós também somos solidários e reconhecemos o trabalho eficiente, competente do jornalista. Por outro lado, não podemos concordar com a iniciativa que procura vincular a ação do Governador, que consistiu, apenas e simplesmente, na manifestação já expressa de carta na própria coluna.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO RONALDO - Sr. Presidente, não posso concordar com a moção porque ela dá sentença, faz pré-julgamento de uma pessoa.

Se amanhã ou depois, daqui a um ou dois ou 10 anos ficar provado que o Governador Luiz Henrique nada tinha e nada tem, tenho certeza, com essa demissão, com a saída do jornalista de um jornal e de um trabalho de televisão, como vai ser reparado esse dano, Srs. Deputados?

Não há nada que comprove, que diga que o Governador Luiz Henrique exigiu, pediu, fez ou tomou alguma atitude que tenha obrigado essa pessoa a sair!

Quero dizer que assinar ou votar a favor desse documento é condenar alguém que nem foi julgado. Não há provas contra a pessoa! É isso que quero ponderar! Peço que esta Casa não pratique injustiça, porque não há um fato concreto. Se o Governador tivesse praticado tal fato, eu admitiria, porque é um direito democrático.

Agora, no momento que se faz um pré-julgamento, sem provas, de uma pessoa, que é o Governador do Estado de Santa Catarina, envolvendo uma questão sublime, como é o direito de imprensa, que se tenha uma prova, que se tenha algo para repudiar. Mas achar que foi o Governador Luiz Henrique... Por isso repudio e faço uma moção verbal contrária a esta.

Não admito esta moção por acusar injustamente o Governador Luiz Henrique por uma prática que ele não fez, tenho certeza.

Voto contra esta moção, se continuar persistindo a posição que está aí, e repudio a mesma.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero registrar a presença neste Plenário do Prefeito de São José.

Em segundo lugar, quero dizer que não podemos concordar com esta moção porque envolve o Governador Luiz Henrique. O Governador não tem nada a ver com isso!

A moção de solidariedade ao Prisco Paraíso vem em boa hora, é importante, mas tem de ser tirado o texto que envolve o Governador.

Por isso apelamos ao Deputado Antônio Ceron para que tire da moção a parte que envolve o Governador. Aí vamos votar por unanimidade. Não há outra forma.

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Sr. Presidente, na manifestação do nosso Líder já mostramos o desejo de subscrever a moção nos termos em que foi referida pelo Autor, já que não faz nenhuma alusão que denigre a imagem do Sr. Governador.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, a manifestação do Sr. Deputado Antônio Ceron faz referência à carta do Sr. Governador dirigida ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, que está transcrita na sua coluna e não contestada pela imprensa, na qual diz, no final, para quem distribuiu cópia da correspondência.

Portanto, não vejo nenhuma necessidade de mudar porque a própria imprensa divulgou e não foi contestada que essa carta foi encaminhada pelo Governador ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Vou ler o conteúdo da moção, Srs. Deputados, para que V.Exas. procurem chegar a um acordo.

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do Deputado Antônio Ceron, vem encaminhar ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso manifestação de solidariedade a este renomado e competente jornalista, declarando que ficamos surpreendidos com a sua demissão imediata, coincidentemente um dia após a publicação da carta ameaçadora que lhe foi endereçada pelo Governador do Estado, publicada na edição do dia 16/10/2003 do jornal O Estado, cordiais saudações, Deputado Volnei Morastoni - Presidente".

Consulto o Líder do PFL, Deputado Antônio Ceron, se mantém o texto lido por este Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando ocupei a tribuna hoje para me reportar sobre este assunto, recebi apoio de todos os Deputados que me apartearam, inclusive, para a aprovação desta moção!

Retrato exatamente o que aconteceu, e tenho em mão a carta do Sr. Governador, e vou lê-la novamente, uma parte apenas.

(Passa a ler)

"Espero que para exaltação da verdade publique esta carta no mesmo espaço e com o mesmo destaque na sua coluna de amanhã.

Estou enviando cópia dessa correspondência aos seguintes Deputados Federais: João Matos, Paulo Afonso, Edson Andrino e Adelar Vieira, bem como aos Líderes da minha Bancada e do Governo, aos Deputados Estaduais Rogério Mendonça e Herneus de Nadal."

Eles leram o conteúdo da carta, e ela é ameaçadora! Não disse que é ameaçadora de morte! É ameaçadora! Vou repetir a leitura: "Espero que esta seja a última vez que tenho de lhe escrever..."

Não foi a primeira, já foi a segunda, a terceira. O Governador esperava que fosse a última! E tem uma série de testemunhas - Deputados Estaduais e Deputados Federais.

O que fiz na moção? Transmiti solidariedade ao jornalista que recebeu uma cacetada, Sr. Presidente! E a única referência que fiz ao Governador foi: "coincidentalmente um dia após a publicação da carta"! Não estou inventando nada e nem denegrindo a imagem do Sr. Governador!

O Sr. Luiz Henrique da Silveira que justifique à sociedade de Santa Catarina, por intermédio de sua assessoria e de seus Parlamentares, que nada tem a ver com isso!

A moção que estamos apresentando é de solidariedade a um renomado jornalista de Santa Catarina, que foi agredido publicamente. Mantenho o teor da moção porque não é agressivo, mas sim de solidariedade, e submeto à votação dos Deputados.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, a carta não é ameaçadora, mas sim é a arma que o Governador Luiz Henrique da Silveira democraticamente sempre usou, a da liberdade e da expressão, que eles não estão acostumados a utilizar.

Se nós aceitarmos esta moção, é, da mesma forma, aceitarmos que a saída do jornalista Cláudio Prisco Paraíso tem a ver com o Governador Luiz Henrique da Silveira. E a verdade é que não tem! Por isso não concordamos com o teor da moção.

S.Exa. deve retirar o nome do Governador Luiz Henrique da Silveira, até porque temos plena convicção de que o Governador não teve nada a ver com isso. O Governador, de uma forma democrática, utilizou a carta para dizer que não concordava com os termos da notícia.

Portanto, se ficar como está nós votaremos contra a moção porque não concordamos com o seu teor. Ou seja, a identificação da demissão do jornalista Prisco Paraíso com o Governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, a moção induz, vincula a figura do Governador Luiz Henrique da Silveira diretamente com a demissão desse conceituado profissional, fato com o qual nós não podemos concordar.

Por isso, nós estamos propondo que a moção seja redigida com o fim único e específico de manifestar a solidariedade do Parlamento com relação à demissão do profissional.

Agora, indicar, identificar a figura do Governador com o episódio não pode merecer a nossa aprovação e o nosso sentimento.

Por outro lado, gostaríamos imensamente de exteriorizar a nossa solidariedade, mas não responsabilizando a figura do Governador, que se ateve, única e exclusivamente, na discordância de uma manifestação do jornalista, remetendo uma carta e esclarecendo. A vinculação, a meu ver, causa constrangimento. Por isso, nós somos contrários à forma como está redigida.

Gostaríamos imensamente de votar favoravelmente, desde que fosse redigido de uma outra forma que não viesse estabelecer esse vínculo.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, diante do impasse e para que esta Casa não tome uma decisão precipitada, quero reconhecer que o Deputado Herneus de Nadal tem razão em querer desvincular.

Neste momento, em que pese o processo de como a situação ocorreu, traz conotação de possíveis articulações, mas nós não podemos fazer um juízo precipitado. Então, quero dizer que o Deputado Herneus de Nadal tem razão.

Quero também dar razão ao Deputado Antônio Ceron porque ele está juntando as peças de um quebra-cabeça que nós não sabemos qual é a figura final.

Para que nós não tomemos uma posição precipitada, Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir um encaminhamento para que esta Casa adotasse. Nós retiramos de pauta esta matéria e esperamos um posicionamento oficial do Sr. Governador. Acredito que tudo o que aconteceu exige um posicionamento oficial do Palácio. Se o Governador se manifestar, o encaminhamento será feito de uma forma, se ele não se manifestar, o encaminhamento será diferente.

Eu gostaria de sugerir a todos os Líderes esse tipo de encaminhamento para que nós não tomemos nenhuma decisão precipitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Consulto o Autor da matéria se concorda com a proposta do Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu ouvi com muita atenção as colocações de todos os Srs. Deputados, do Líder do Governo e do Líder do PT, Deputado Afrânio Boppré, que faz, objetivamente, mais uma proposta de encaminhamento.

Seria muito simples esta Casa deixar passar em branco; em nome da maioria deixar passar em branco. E se acontecer o mal? Esta Casa é a ressonância do que a sociedade de Santa Catarina pensa. Eu tenho certeza absoluta de que, neste momento, a grande maioria de Santa Catarina, principalmente o meio jornalístico, concorda com este Deputado de que houve interferência, sim, do Governador do Estado no ato da sua demissão.

Mas para que não pareça radicalismo em excesso deste Deputado, eu acato a sugestão do Deputado Afrânio Boppré, para que aguardemos até a sessão de amanhã, quando, então, esta matéria retornará à Ordem do Dia. Assim, haverá tempo suficiente, dentro do encaminhamento que o Líder do PT deu, para que o Governador dê uma explicação a Santa Catarina e ao jornalista diretamente atingido, de forma convincente. Se isso acontecer, nós analisaremos um novo encaminhamento no dia de amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Fica acatada a proposta do Deputado Afrânio Boppré.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Sra. Maria Ursula da Rosa, parabenizando-a pelos 100 anos de vida, comemorados no dia 21 de outubro de 2003.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Unimed de Santa Catarina, parabenizando-a pela realização do 2º Prêmio Unimed de Jornalismo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jornal Notisul, parabenizando-o pelo 2º lugar obtido pela equipe daquele noticiário, no 2º Prêmio Unimed de Jornalismo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, parabenizando-o pela passagem do Dia do Médico.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos vencedores do 2º Prêmio Unimed de Jornalismo nas categorias rádio, televisão, jornal e acadêmica, parabenizando-os pelo feito.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidente da Câmara da Mulher Empresária de Tubarão, Fátima Soares Nunes, congratulando-se pela realização do X Encontro da Mulher Empresária.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Rádio Band AM e jornal Notisul, de Tubarão, parabenizando-os pela realização do projeto Comunidade em Ação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica às entidades representativas dos trabalhadores no serviço público de Santa Catarina, manifestando cumprimentos pelo transcurso do Dia do Funcionário Público.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

(Pausa)

Na havendo interesse por parte do Deputado Herneus de Nadal em ocupar a tribuna, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, continuando ainda a discussão do assunto que tanto foi debatido nesta Casa na tarde de hoje, aproveitamos a oportunidade para cumprimentar novamente o Sindicato, a Associação Catarinense de Imprensa, que aqui esteve acompanhando os trabalhos nas pessoas do Presidente Osmar e demais diretores, visando ver a repercussão dessa infeliz coincidência, quem sabe, entre a carta expedida pelo Governador ao jornalista Cláudio Prisco Paraiso e sua demissão das duas empresas.

Mas eu quero, Srs. Deputados, voltar um pouquinho mais no tempo, acerca dessa questão. Qual foi a origem desse problema?

Tudo começou porque no dia anterior à carta, o jornalista Cláudio Prisco Paraiso relatou, na sua coluna, que o Governador esteve em Brasília com o Ministro José Dirceu, exatamente para tratar da nomeação de uma diretoria da Eletrosul. E a indicação, segundo a imprensa vem noticiando há muitos dias, do Sr. Milton Martini teria batido na trave, Deputado José Paulo Serafim.

Várias manifestações já ocorreram por parte de dirigentes e Parlamentares do PT, dizendo que não concordam, que não aceitam a indicação do Sr. Milton Martini para essa diretoria, até porque se Milton Martini assumir uma diretoria tão importante no Governo do PT, eu penso que pedidos de desculpas terão que ser apresentados desta tribuna. Basta que eu resgate das notas taquigráficas desta Casa, tudo o que foi dito com relação a esse cidadão!

Se ele for nomeado para um cargo no Governo Lula, Deputado Dionei Walter da Silva, terei que resgatar tudo o que foi dito sobre Milton Martini aqui nesta Casa, por ocasião do impeachment do Governador Paulo Afonso Vieira.

Por isso as manifestações tão contundentes e tão coerentes de Parlamentares do PT, de não aceitarem essa indicação, exatamente porque teriam que recolher muitas palavras ditas nesta tribuna.

O que me causa muita estranheza é que na coluna de hoje, Deputado Antônio Carlos Vieira, do jornalista Cláudio Prisco Paraiso, no jornal A Notícia - graças a Deus com o jornal A Notícia não houve nenhuma coincidência - está estampada hoje a seguinte nota:

(Passa a ler)

"Coesão

Enquanto o Deputado João Pizollatti encontra-se nesta semana com o Relator-Geral do Orçamento para lembrar do compromisso do Presidente com a duplicação da BR-101, os quatro Deputados Federais do PMDB vão ser recebidos hoje em audiência pelo Ministro José Dirceu e

não abrem mão da indicação de Milton Martini para a Eletrosul."

Deputado Antônio Ceron, aqui está a origem do problema, ou seja, a indicação de Milton Martini para a diretoria da Eletrosul. Foi isso que originou a carta do Governador ao articulista Cláudio Prisco Paraiso.

Os Deputados Federais do PMDB estão mais ou menos neste horário, no dia de hoje, conforme a nota, sendo recebidos pelo Ministro José Dirceu, para reiterarem a indicação do Sr. Milton Martini para o comando de uma importante diretoria da Eletrosul.

Não acredito, Deputado Antônio Ceron, que o Ministro José Dirceu acolha uma indicação como essa, porque se o fizer, já disse e repito, terão que ser resgatadas muitas notas taquigráficas nesta Casa, muitos pronunciamentos do período 95/98, muito especialmente na época do impeachment. E Santa Catarina sabe o que foi dito aqui nesta Casa, está gravado, está registrado, a respeito deste cidadão.

Portanto, esse espaço é importante, e Santa Catarina precisa ocupar esse espaço do Governo Federal, porque afinal de contas aqui está a principal unidade geradora da Eletrosul. Temos vários empreendimentos da Eletrosul no Sul do País, no nosso Estado, e é muito importante que esse espaço seja ocupado por um catarinense.

Mas o PMDB tem grandes quadros, pessoas que respeito, que merecem o respeito do nosso Partido que, certamente, poderão fazer outras indicações que possam preservar a Bancada do PT como um todo, porque seria muito difícil para o PT chamar o Sr. Milton Martini de companheiro de Governo, diante de tudo aquilo que foi dito deste cidadão nesta Casa.

Portanto, neste momento em que os quatro Deputados Federais do PT, Deputado Altair Guidi, estão lá insistindo para o Ministro José Dirceu nomear o Sr. Milton Martini para uma importante diretoria da Eletrosul, espero que haja, por parte dos representantes dos Parlamentares do PT, dos responsáveis, competentes, dedicados e coerentes Deputados do PT aqui nesta Casa um contato também com o Sr. José Dirceu para informar-lhe de tudo o que foi dito sobre Milton Martini, exatamente aqui desta tribuna.

Ficarei atento aos desdobramentos do assunto, porque ainda vai repercutir muito nesta Casa e ao longo dos próximos dias.

Conforme tinha anunciado no início da minha manifestação, trago hoje, Deputado Afrânio Boppré, a informação que nos entristece de ver o Estado de Santa Catarina ocupando espaço na mídia nacional através da revista Época.

Recentemente o nosso Governo, através do Governador, ocupou importantes espaços nos grandes jornais de circulação do País, naquela data, por conta do seu sono durante a reunião da reforma tributária com o Presidente Lula.

Vejam que não era nenhuma conversa sobre balé ou sobre futebol, era conversa sobre a reforma tributária, quando o Governador dormiu profundamente, conforme anunciou a grande mídia nacional. E hoje circula uma outra matéria

extremamente negativa, com o título "Para eles não falta verba", onde o Estado de Santa Catarina é apontado, ao lado de outros Estados que nunca foram as melhores referências em zelo à gestão pública, ao dinheiro público, como Estado que já tem uma tradição em beneficiar correligionários de formas espúrias e muitas vezes condenadas aqui neste Parlamento.

O Estado de Santa Catarina, parece, ocupa um bom espaço, uma grande foto do Governador nessa revista, dando conta exatamente da nova modalidade que empresta ares de modernidade ao empresarismo em Santa Catarina. A matéria fala exatamente do cabide de emprego das Secretarias Regionais, Deputado Antônio Ceron.

Até aqui era só o povo catarinense que tinha conhecimento desse cabide de empregos implementado no nosso Estado, a partir do atual Governo. Agora, o Brasil todo já passa a comentar, o que denigre a imagem do nosso Estado, do homem público de Santa Catarina, o que depõe contra a gente catarinense.

É profundamente lamentável que o Estado de Santa Catarina volte a ocupar espaço na mídia nacional, na revista Época, mas de forma pejorativa, porque não é esta a forma que pensa e que age o cidadão catarinense.

Infelizmente estamos voltando às páginas que há muito tempo não ocupávamos mais no cenário nacional. Mas quero ver o nosso Estado ocupando espaço em boas matérias e não nessas que denigrem a gente catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Deputado Joares Ponticelli quer vincular o Governador do Estado de Santa Catarina à saída do SBT do jornalista Cláudio Prisco Paraiso. E diz que o Estado perdeu sua credibilidade.

Quanto à credibilidade, o Estado já a tem, porque acabou a era da mentira. Viviam no Estado mentindo, enganando a população, e agora o Deputado Joares Ponticelli tenta esquecer o erros do passado e agregar a figura do Governador Luiz Henrique a esta questão.

O Governador do Estado de Santa Catarina, com a inteligência que Deus lhe deu, não enviaria uma carta para depois tomar uma atitude. É evidente que a carta já comprova que ele não tem nada a ver com esse episódio.

Mas o Deputado Joares Ponticelli está olhando vidraça para jogar pedras. Faz oposição com irresponsabilidade, faz oposição leviana. Evidentemente que está cumprindo o seu papel. Onde está a vidraça? Vamos quebrá-la.

Acho que um Parlamentar tem que fazer oposição, sim, mas fazer com responsabilidade, Deputado Rogério Mendonça. Tem que fazer uma oposição firme, decidida, arrojada, mas com responsabilidade. Não pode, aqui, trazer suspeitas, porque se eu tivesse que trazer suspeita, eu

traria muitas suspeitas que deixariam muita gente em situação ruim neste Parlamento. Mas tenho responsabilidade e não vou fazer este tipo de acusação.

Por isso, nós ficamos tristes quando um Deputado vem para esta tribuna fazer oposição de uma forma tentando denegrir a imagem das pessoas.

Outro dia nós estávamos em um debate, e o que perguntavam era se ele não tinha outra coisa para fazer a não ser criticar, se ele não sabia apresentar um projeto para construir. Isso foi feito pela população, em um debate na televisão, pela TVAL, aqui na Assembléia Legislativa.

Então, evidentemente que nós precisamos ser oposição, mas também precisamos fazer projetos para construir; precisamos vir aqui apresentar nossa inteligência com propostas salutares.

Quem sabe o Governo acata suas propostas para poder construir, porque o mesmo voto que votou para eleger o Deputado também votou para eleger o Governador, em um espírito de poder melhorar Santa Catarina.

Agora, se alguém faz só balanço negativo, evidentemente, que fica para a população julgar, porque o que nós precisamos é trazer para cá projetos sérios, projetos que atendam a população, projetos que resgatem a luta do nosso Estado, que tragam a esperança viva de um Estado melhor para a geração de empregos e renda, para vermos o nosso povo mais feliz.

Esse é o projeto que pode ser apresentado por qualquer Parlamentar de oposição, porque é isso que a população de Santa Catarina aguarda.

Infelizmente, não é isso que o Sr. Deputado Joares Ponticelli faz. S.Exa. busca pedras que quebram vidraças, pedras cheias de pontas que quebram em pedaços tudo que encontram.

Agora, vamos fazer um balanço em Santa Catarina do Governador Luiz Henrique da Silveira, vamos fazer um balanço do Deputado Joares Ponticelli, para ver quem tem razão.

Quem não apresenta nada de solução, acho que fica muito difícil de poder se explicar em toda a sociedade.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço V.Exa. Eu queria vir aqui hoje para fazer um pronunciamento sobre a sessão especial a respeito da BR-101, sobre o encontro de ontem, na BR-101, com os Parlamentares de Santa Catarina do Congresso Nacional, mas tive que mudar o meu encaminhamento para poder pelo menos resgatar a verdade, trazer a verdade de volta, para que a sociedade que está ouvindo possa fazer um balanço e saber que nem tudo que reluz é ouro.

As coisas precisam estar no caminho certo, e é isso que nós pretendemos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, sempre muito coerente com sua maneira peculiar de fazer seus pronunciamentos, com muita veemência, mas sempre falando a verdade, Deputado Manoel Mota.

Nobre Deputado, a maneira como eles agem é oposição bate-estaca, ou seja, sempre batendo no mesmo ponto. E nós sabemos, Deputado Manoel Mota, que este projeto que eles tanto criticam foi aprovado por eles aqui, nesta Casa, por unanimidade.

O Deputado Joares Ponticelli veio aqui e votou favorável aos cargos, que na verdade não foram criados. Houve, sim, um grande projeto de descentralização do Estado de Santa Catarina, que está sendo copiado por muitos Estados da Federação, eis que foram tirados cargos da estrutura central, aprovado por todos os Deputados, e transformados para as Secretarias Regionais.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não temos que nos preocupar com essa oposição bate-estaca, porque a mesma ação que eles estão tendo agora na Oposição tiveram-na quando eram Governo: foi um bate-estaca de quatro anos falando do Paulo Afonso. E de tanto falar do Paulo Afonso esqueceram de governar; só que Santa Catarina não esqueceu de avaliá-los: votou contra e escolheu Luiz Henrique da Silveira para Governador.

Quero dizer para essa Oposição bate-estaca que não tem mais terceiro turno, que o Governador é Luiz Henrique da Silveira. E acredito que foram eles que levaram essa informação para a revista Época, mas não a levaram corretamente. Deveriam ter dito que houve, sim, um grande projeto de descentralização em Santa Catarina, que está dando certo, que está sendo apoiado por toda a nossa população catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, esse é o desespero da Oposição, que não acreditava em derrota e não consegue levar o seu veículo carregado de subvenção para fazer carnaval pelas regiões; por isso, agora, estão desesperados.

Mas não tem problema nenhum. É isso mesmo, vamos mostrar para esse tipo de Oposição que o Governo está pelo caminho certo, que a sociedade está feliz porque houve a descentralização e que vamos ter o Orçamento com o povo catarinense.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Deputado, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pela lucidez das colocações que faz aqui hoje.

Quero dizer também que hoje, numa manifestação na imprensa da minha região, fiz alusão ao seu nome, na defesa que V.Exa. faz da causa da duplicação da BR-101.

Quero trazer hoje, aqui, também, a minha solidariedade a V.Exa., aos Deputados da região Sul, que estão lutando efetivamente por aquela duplicação. Gostaria de dizer que fizemos questão de acompanhar o seu trabalho, a sua luta em prol da duplicação da BR-101. Inclusive vimos aqui na sexta-feira aquela sessão especial em defesa da duplicação da Br-101.

Hoje, em Balneário Camboriú, levamos também a sua preocupação no sentido de cada vez mais fazer com que essa rodovia seja uma realidade, materialize-se, principalmente para que os moradores do

Sul do Estado não percam mais sua vida em função de uma obra tão desejada e tão necessária como a BR-101.

Gostaria de parabenizar V.Exa. por tudo o que tem feito pela duplicação da BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Quero dizer que respeito V.Exa. porque critica, mas também apresenta soluções. E eu acato as soluções, como já aconteceu nas Comissões.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Quero cumprimentar V.Exa. por suas declarações, com relação às afirmações do meu Líder, mas ele fez duas colocações.

V.Exa. defendeu muito bem o Governador do Estado, mas gostaria de saber, com relação à indicação do Milton Martini, se concorda com essa indicação para um alto cargo na Eletrosul.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Essa é uma ação do Governo Federal, da Bancada Federal...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra o Deputado Afrânio Boppré, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero falar ainda sobre o assunto que virou pauta do dia: o Sr. Governador, na coluna do jornalista Prisco Paraíso, de quinta-feira passada, diz que a conversa que teve com o Ministro José Dirceu foi uma conversa sem testemunhas e que o assunto Eletrosul não esteve na pauta.

Queremos saber se ele está falando a verdade, e acredito que esteja, pois então, de outra forma, quero dizer que este assunto efetivamente vem sendo tratado.

O Brasil inteiro, os Partidos, o PMDB, neste momento, Deputado Altair Guidi, está discutindo com o Governo Federal a sua entrada no Governo. E essa discussão não é uma discussão que acontece só nos cargos federais em Brasília, é uma discussão, também, que vai acabar acontecendo nos cargos federais que estão designados nos Estados. E isso acontece em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Minas Gerais e vai acontecer também em Santa Catarina.

Mais cedo ou mais tarde, se consumada efetivamente a entrada ou o ingresso do PMDB no Governo Lula, o PMDB também vai participar desta gestão no Estado de Santa Catarina.

O Presidente Lula - eu compreendo a sua angústia como estadista, como dirigente -, para tocar o seu Governo, precisa estabelecer uma composição, porque ninguém, por mais superdotado que seja, reúne condições de mudar este País tendo no Congresso Nacional apenas 92 Deputados. Semana passada, tínhamos 93 petistas e perdemos, lamentavelmente, o companheiro Gabeira. Temos 92 Deputados, de uma Casa com mais de 500 Deputados! Nós não vamos conseguir fazer essas mudanças!

Então, compreendo que o Presidente Lula tem que montar uma equação de forma que vise obter maioria no Congresso, mesmo que seja uma maioria eventual, ao discutir um projeto ou outro, mas é necessário termos uma equação política.

Eu até acho que o esforço que o Presidente Lula está fazendo acaba fazendo uma composição política para além do meu gosto. Mas compreendo, entendo politicamente isso. Por mais que possa achar que o perfil das alianças não passam necessariamente por esse caminho, compreendo estrategicamente a angústia de um Governante. Assim como compreendo de um Governador e de um Prefeito.

E especificamente em Santa Catarina, quando o Governador Luiz Henrique foi compor o seu Colegiado, ele ofertou, no bom sentido da palavra, cargos para todos os Partidos. E é por isso que o Governador, desde o PCdoB, o PL, o PDT, o PPS, o PSB e setores inclusive do PFL, chegou a oferecer, a sugerir para que o PT assumisse também o Governo.

O Partido dos Trabalhadores tomou a decisão, em Rio do Sul, ainda em dezembro, e depois reiterou em Chapecó, de que nós não iríamos participar do Governo. O PT agradecia o convite, mas não iria participar do Governo.

Neste momento de transação, de discussão de âmbito nacional, em Santa Catarina, especificamente, não quero discutir internamente se o melhor representante do PMDB é a, b ou c, se o melhor nome para compor tal diretoria em determinada área deve ser fulano ou sicrano. Entendo que não é este o debate.

Mas uma coisa digo: é preciso entendermos uma posição de ambigüidade do Governo Estadual. Porque ao mesmo tempo que o Governador Luiz Henrique da Silveira estimula a entrada do PMDB no Governo Lula, por outro lado, estimula o fortalecimento, a construção do PSDB, que todos nós sabemos, é um Partido que tem posições nacionalmente distintas. E talvez os dois principais Partidos que se antagonizam hoje no Brasil é o PT e o PSDB.

E o Governador Luiz Henrique da Silveira precisa, na sua estratégia política, na sua concepção política, resolver esta ambigüidade. Porque não dá para numa semana sugerir, fortalecer uma estratégia e na semana seguinte trabalhar por uma outra estratégia, que na frente elas vão se colidir. É necessário fazer escolhas estratégicas, opções históricas e não arranjos conjunturais e eventuais.

Por isso, Sr. Presidente, o debate com relação ao ingresso do PMDB é um debate nacional, não é um debate em Santa Catarina, não é um debate sobre pessoas, não é uma fulanização de cargos, é uma discussão de estratégia política dos Governos e dos Partidos.

Eu quero aqui restabelecer o tom do debate, para não ficarmos amanhã ou depois falando, individualmente, de uma ou de outra pessoa, de um ou de outro representante de um Partido. Mas que se faça um debate pautado pela lógica das articulações políticas.

Então, quero deixar registrado, no dia de hoje, que o debate com relação ao colunista Cláudio Prisco Paraíso, além de trazer o debate da relação entre Estado, imprensa e sociedade, também trouxe o debate das estratégias dos Partidos e dos Governos Estadual e Federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

(Pausa)

Com a ausência do Deputado Ronaldo Benedet, com a palavra o próximo orador inscrito, Sr. Deputado Celestino Secco.

(Pausa)

Com a ausência do Sr. Deputado Celestino Secco, com a palavra o próximo orador inscrito, Sr. Deputado Walter Dionei da Silva, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Deputado Antônio Carlos Vieira, Paulo Eccel, Afrânio Boppré, Altair Guidi e Rogério Mendonça. Temos cinco Srs. Deputados, seis comigo.

Eu assomo à tribuna, na tarde de hoje, para continuar com essa reflexão trazida pelo nosso Líder, Deputado Afrânio Boppré, do quanto é importante fazermos, com profundidade e seriedade, a discussão da reforma política e da discussão em cima de Partidos Políticos. Partidos fortes, Partidos com código de ética, a obrigatoriedade da fidelidade partidária e tantas regulamentações que fortaleçam os Partidos e que acabem de uma vez por todas com essas discussões setorializadas, pessoalizadas e, muitas vezes, atravessadas de achar que uma coligação é feita com uma, duas ou três pessoas e não em cima de um projeto político, de um Partido Político.

Nós temos isso como um problema sério na nossa democracia nacional e que se intensifica na medida em que governantes se utilizam da fragilidade dos Partidos para cooptar determinadas figuras políticas em uma ou outra votação ou em acordos que duram mandatos, em que sistematicamente pessoas votam contra orientações de seus Partidos.

Inclusive Partidos que têm uma coligação oficial, registrada no Tribunal Regional Eleitoral, em que integrantes desse mesmo Partido simplesmente descumprem essas deliberações, apóiam outras coligações e nada acontece, fragilizando o discurso, o debate de uma construção partidária e permitindo com que discursos, como o que ouvimos hoje, aconteçam, de que a coligação ou a indicação de a ou b, de elementos de um Partido, seja passível de crivo por outro Partido.

Quando se faz uma coligação ou uma aliança em torno de um projeto, é o projeto político aprovado nas eleições que deve ser o encaminhado, independente da pessoa que vai ocupar cargo a ou cargo b. E a destinação de cargo a um determinado Partido não dá ao integrante do outro Partido poder de veto sobre essas indicações.

Precisamos discutir, com profundidade, esse tema, porque inúmeras pessoas, inclusive que se dizem defensoras de uma Parlamento forte, defensoras de um Partido forte, na verdade, na contramão agem na fragilização dos Partidos e na busca de divisões partidárias, de brigas internas para conseguir muitas vezes maioria em Parlamento.

Eu acho que este tema é um tema profundo, é um tema que precisa debate. Precisamos ter projetos partidários fortes para que a comunidade tenha certeza no que ela está votando.

Nós não podemos mais votar acreditando em pessoas que muitas vezes pregam um discurso muito bonito que na prática acabam se efetivando vontades pessoais, ou vontade de grupos, ou de setores, muitas vezes rejeitando toda a doutrina, a filosofia e as regras partidárias, e, na verdade, o que deveríamos escolher seriam projetos em cima de propostas de Partidos Políticos. E aí, independente da pessoa que estaria à frente, a comunidade teria a certeza de que o projeto seria levado adiante.

E nesse aspecto, entendo que a reeleição foi um instituto que favoreceu em muito para o deterioramento dos projetos partidários, porque enquanto não tinha reeleição - eu faço esta crítica inclusive ao nosso Partido -, nós trabalhávamos muito mais a questão do projeto.

Porto Alegre é um exemplo, onde todos os Prefeitos até hoje não foram para a reeleição. Sempre era um novo candidato, mas o projeto era o mesmo. E Olívio Dutra trabalhava muito bem essa questão, no início, quando foi o primeiro no projeto de Governo, um projeto para a cidade, um projeto vencedor. E a partir do momento em que se permitiu a reeleição, alguns integrantes, inclusive do PT, começaram a trabalhar muito a imagem pessoal e acabou por se deteriorando em partes também a questão do projeto partidário.

Neste aspecto, precisamos resgatar, com a reforma política, esta questão do fortalecimento dos Partidos, para termos uma sociedade e um Parlamento confiável e uma base de Governo, onde se possa discutir em cima de propostas, de projetos políticos e não em troca de subvenções, em troca de agrados, em troca de cargos ou qualquer outra negociação que se faça para angariar essa maioria.

Então, precisamos continuar este debate e na nossa prática partidária fazer com que isso floresça cada vez mais, para que as pessoas tenham esse entendimento.

Outro assunto que gostaria de abordar, Deputado Paulo Eccel, é sobre as vacas leiteiras da França. Eu li na revista Carta Capital que o produtor, por cada vaca leiteira na França, recebe do Governo, mensalmente, o equivalente a R\$127,80.

Pudemos, então, por esse dado, presenciar a fragilidade ainda do nosso sistema, em que uma família, através dos projetos sociais, vai poder ter acesso a R\$100,00, R\$140,00, dependendo da condição sócio-econômica dessa família.

Sabemos que o Brasil precisa de uma evolução muito grande no trato com o ser humano, mas precisamos ter presente em todas as discussões que fazemos do Mercado Comum do Sul para discutir a Alca, para discutir qualquer sistema de cooperação internacional essas disparidades.

Enquanto um produtor recebe do Governo por uma vaca leiteira, na França, o equivalente a R\$127,80 por mês, nós não conseguimos, no Brasil, garantir que uma família de quatro pessoas tenha direito a pelo menos um salário mínimo, obrigatoriamente.

Precisamos evoluir muito no nosso sistema, na nossa democracia, na nossa maneira de encarar as questões sociais para, quem sabe, tenhamos, num futuro próximo, as nossas famílias sem renda recebendo pelo menos o que um produtor de uma vaca francesa recebe por mês do Governo.

Infelizmente, esta é a nossa realidade e precisamos trabalhar, incessantemente, para que a nossa renda nacional

seja melhor distribuída, para que os recursos públicos deixem de ser desviados na média de 30%. São pesquisas internacionais e a sonegação fiscal diminui. Hoje, temos Estados onde se apontam números em torno de 70% de sonegação do ICMS. São estudos do IBGE.

São dados que deixam a sociedade brasileira muitas vezes descrente com dados de corrupção, de sonegação, de impunidade. Enquanto isso os produtores das vacas francesas recebem o equivalente a R\$127,80 por mês do Governo.

Esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 83ª sessão

ordinária de 22/10/03: discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei nºs 0076/2003; 0090/2003 e 0107/2003; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0117/2003; discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei nºs 0226/2003; 0256/2003; 0263/2003; 0264/2003; 0270/2003; 0294/2003; 0295/2003; 0313/2003 e 0315/2003.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA DP

#### ATO DA MESA N. 024-DP, de 2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Volnei Morastoni para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 22 e 24 de outubro do corrente ano para cumprir missão oficial na cidade de Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA N. 025-DP, de 2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Luiz Eduardo Cherem para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 26 de outubro e 02 de novembro do corrente ano, a fim de representar o Poder Legislativo no Seminário Internacional dos Promotores Imobiliários - INVESTBRASIL, em Lisboa, Portugal.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA N. 026-DP, de 2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Herneus de Nadal para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 04 de outubro e 02 de novembro do corrente ano, a fim de participar da comitiva de viagem de intercâmbio/negócios ao Canadá.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO N. 008/03

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Concede honraria de mérito ao Senhor José Carlos Pisani.

Art. 1º Fica concedida honraria de mérito ao Senhor José Carlos Pisani, pelo brilhantismo de seus trabalhos sociais que elevam o nome do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A honraria estabelecida no artigo anterior será concedida em forma de placa personalizada em sessão solene.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003  
Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO N. 009/03

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Concede honraria de mérito ao Senhor Willy Alfredo

Zumblick.

Art. 1º O Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina concede ao Catarinense Willy Alfredo Zumblick, Honraria de Mérito pelos serviços prestados a Santa Catarina.

Art. 2º A Honraria estabelecida no artigo anterior será concedida em forma de placa personalizada, em Sessão Solene desta Assembléia, às 20:00 horas do dia 01 de dezembro de 2003.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo do Estado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO N. 010/03

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Denomina o Centro da Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 1º Fica denominado Deputado Oswaldo Rodrigues Cabral o Centro da Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo do Estado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 011/03**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Institui e regulamenta Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar, destinada ao ressarcimento de despesas com aluguel e manutenção de escritório, entre outras diretamente relacionadas ao exercício do mandato parlamentar.

Art. 2º A indenização será concedida mediante solicitação dirigida à Divisão de Administração Financeira, por meio de requerimento padrão, instruída com a respectiva documentação fiscal comprobatória das despesas e com atestado do parlamentar de que o serviço foi prestado ou o material recebido, assumindo a inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada.

Parágrafo único. A documentação relativa às despesas deverá ser entregue à Coordenadoria de Orçamento Parlamentar até o dia 15 do mês subsequente, para análise e emissão de atestado, encaminhando-a à Divisão de Administração Financeira até o último dia útil do respectivo mês, acompanhada do requerimento previsto no *caput* deste artigo.

Art. 3º Será objeto de ressarcimento o documento:

I - pago, relacionado no requerimento padrão e lançado no sistema informatizado próprio; e

II - original, em primeira via, quitado em nome do Deputado, admitida a quitação de despesas acessórias em seu próprio nome, desde que constantes da parte final do inciso I ou da ressalva do § 2º do art. 4º desta Resolução.

Parágrafo único. O documento a que se refere este artigo será:

I - nota fiscal, segundo a natureza da operação, emitida dentro da sua validade, quando se tratar de pagamento à pessoa jurídica, admitindo-se recibo comum acompanhado de declaração de isenção de emissão de documento fiscal com citação do fundamento legal;

II - recibo, devidamente assinado, constando nome e endereço completos do beneficiário do pagamento, número do CPF e da identidade e discriminação da despesa, quando se tratar de locação ou prestação de serviços contratados com pessoa física;

III - isento de rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas; e

IV - datado e discriminado por item de serviço prestado ou material fornecido, não se admitindo generalizações ou abreviaturas que impossibilitem a identificação da despesa.

Art. 4º Somente serão objeto de ressarcimento as despesas pagas pelo Deputado, relativas a:

I - aluguel de imóvel destinado à instalação de um escritório de apoio à atividade parlamentar; despesas de condomínio, IPTU, água, telefone e energia elétrica concernentes a esse imóvel;

II - locomoção do parlamentar através de locação eventual de meios de transporte; combustíveis utilizados no veículo locado; e

III - impressão de informativo da atividade parlamentar, exceto nos cento e oitenta dias anteriores à data das eleições e desde que não caracterize gastos com campanhas eleitorais.

§ 1º Não se admitirá o reembolso de pagamentos realizados à pessoa física, salvo na locação prevista no inciso I, deste artigo.

§ 2º É vedado o ressarcimento de despesas de aluguel de imóvel quando este for de propriedade do Deputado, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, ou a pessoa jurídica, direta ou indiretamente por eles controlada, permitido, contudo, o pagamento das contas de água, energia elétrica, telefone, IPTU e demais taxas quando vinculadas a imóvel não residencial, que seja utilizado como escritório de apoio parlamentar.

§ 3º É vedado o ressarcimento de despesa, por espécie, de valores que excedam, no exercício financeiro, o montante previsto no art. 24, inciso II, da Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º O exame, pela ALESC, dos comprovantes de despesas apresentados limitar-se-á à sua regularidade fiscal e contábil, não implicando manifestações quanto à observância de normas eleitorais, tipicidade ou ilicitude.

Art. 6º Compete à Divisão de Administração Financeira informar à Secretaria da Receita Federal todos os pagamentos relacionados ao ressarcimento efetuado, nos termos da legislação fiscal vigente.

Art. 7º O parlamentar titular do mandato perderá o direito à verba de que trata esta Resolução quando:

I - investido em cargo previsto no artigo 45, inciso I, da Constituição do Estado, mesmo quando tenha optado pela remuneração do mandato;

II - afastado para tratar de interesse particular, sem remuneração.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Resolução, limitadas em cinquenta por cento do valor da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar fixado por Ato da Mesa da Câmara Federal, correrão à conta do item Indenizações e Restituições, 339093, do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado e serão deduzidas da cota mensal de recursos disponibilizados ao gabinete parlamentar, de forma que não implique aumento de despesa.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados sob a égide do Ato da Mesa n. 1014, de 22 de maio de 2003.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003  
Deputado Volnei Morastoni - Presidente  
Deputado Sérgio Godinho - 3º Secretário  
Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DISCUTIR O MANEJO SUSTENTÁVEL DA PROPRIEDADE RURAL; PROJETO DE CORTE DE ÁRVORES NATIVAS, PARA USO NA FUMICULTURA, TAXAS E LICENCIAMENTO E APROVEITAMENTO DE LENHA SEM RISCO DE MULTA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2003, NA CIDADE DE PAPANDUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, ÀS 15 H.**

Ao décimo dia do mês de outubro de 2003, às quinze horas, sob a presidência do Deputado Mauro Mariani, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo solicitação do Prefeito Municipal de Papanduva, Sr. Humberto Jair Damaso Ribas, foi realizada audiência pública na cidade de Papanduva com o objetivo de discutir o manejo sustentável da propriedade rural; projeto de corte de árvores nativas para uso na fumicultura, taxas e licenciamentos; aproveitamento de

lenha sem risco de multa e questões que envolvam principalmente a bracinga. Fizeram parte da mesa, além do Presidente da Comissão, Deputado Mauro Mariani, os Deputados Rogério Mendonça, Dionei Walter da Silva e Reno Caramori; o Sr. Luiz Roberto Herbst, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; o Sr. Humberto Jair Damaso Ribas, Prefeito de Papanduva e Presidente da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Ampla); o Sr. Lourenço Schreiner, Secretário Regional do Planalto Norte, representando o Governador do Estado; o Sr. José João Klemplous, Secretário Regional do Município de Canoinhas; o Sr. Milton Pereira, Gerente de Agricultura e Pesca da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, representando o Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural, Deputado Moacir Sopelsa; o Sr. Vereador Sidnei Ziezkowski, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva; o Sr. Dirceu Antônio Oldra, Comandante-Geral da Polícia de Proteção Ambiental/SC; o Sr. Acir Veiga, representando o Presidente da Fetaesc; o Sr. Sálvio Tonini, representando a Faesc; o Sr. Jorge Farias, representando a Afubra; o Sr. José Alfredo da Fonseca, Gerente Regional da Epagri/Canoinhas; o Sr. Alexandre Pires, Coordenador de Política Florestal do Ibama/SC; o Sr. João Tadeu, Engenheiro Florestal e

Gerente de Projetos Especiais da Fatma; o Sr. Capitão Adelar Pereira Duarte, Subcomandante da Compainha de Polícia de Proteção Ambiental; o Sr. Alexandre Herculano de Abreu, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente/SC; o Sr. Alceu Gaio, Prefeito de Itaiópolis; o Sr. Orildo Severgnini, Prefeito de Major Vieira; o Sr. Irineu Ratochinski, Prefeito de Monte Castelo; e o Sr. Renato Bahr, Prefeito de Campo Alegre. O **Sr. Presidente** agradeceu a todos que se deslocaram dos municípios do Planalto Norte para ouvir as maiores autoridades na questão ambiental presentes à audiência pública, que farão encaminhamentos no sentido de ajudar especialmente os pequenos agricultores da região. Disse, na oportunidade, que uma das funções da Assembléia Legislativa é estar presente em todo o Estado, especialmente no interior, para ouvir as manifestações e os anseios das comunidades, dos agricultores e ajudar no encaminhamento de soluções. Em seguida, concedeu a palavra ao **Conselheiro Luiz Roberto Herbst**, que salientou que pelo fato do aumento populacional da Terra há necessidade de se aumentar a produção de alimentos e para que isso ocorra é necessário melhor tecnologia, padrões mais sustentáveis e éticos que priorizem a preservação e a reconstituição da vida. Disse que para tentar aumentar a riqueza da região é necessário respeitar as leis e os órgãos que fiscalizam as atividades agrícolas. Enfatizou que o Tribunal de Contas tem como objetivo central fiscalizar o que foi gasto de recursos públicos do Estado, salientando que o Estado de Santa Catarina, em relação aos demais Estados dos Pais, tem o menor índice de corrupção. Disse ainda que o Tribunal de Contas está fazendo outro tipo de fiscalização, a auditoria de gestão, para saber se todos os gastos estão sendo bem aplicados pelos órgãos estaduais e se atendem bem àqueles que os procuram. *(Procede-se à projeção do filme sobre auditoria de gestão, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.)* Na seqüência, o **Sr. Presidente** registrou a presença dos Vereadores Aristides Antônio Sonaglio, de Papanduva; Hamilton Zeferino da Silva, de Santa Terezinha; Nelson Ribas Pimentel, de Papanduva; Luiz Nicolau Mikalovicz, de Papanduva; Gerson Acácio Rauen, de Papanduva; Cirineu Schmokel, de Itaiópolis; Odir Vicente Riboski, de Papanduva; João Henrique Becker, Presidente da Câmara Municipal de Itaiópolis; Miguel Kovalski, de Itaiópolis; Domingos Ramos de Matos, de Papanduva; Itamar Zacaluzne, de Canoinhas; Rogério dos Reis Pruch, de Rio Negrinho; todos os Vereadores da Câmara Municipal de Major Vieira; Rode Amélia Martins, Procuradora da Fatma; Régines Roeder, Coordenador da Fatma/Planalto Norte; Camilo Machado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mafra; Ricieri Sigolin, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mafra; Augusto Zanelato, Supervisor de Produção de Fumo da Dimon do Brasil; Ademir Gresolle, Supervisor de Produção da Kaunenbergl Cia. Ltda; Luiz Antônio Machado, Coordenador de Extensão da Universidade do Contestado, de Mafra; Arnaldo Coelho, Gerente de Produção de Fumo da Dimon do Brasil, de União da Vitória, Paraná; Paulo Rocha Farias Junior, Gerente do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente da Regional de Canoinhas; Nelson Roque Dias Paes, da 25ª SDR, de Mafra; Jorge Marcos Pereira, representante da área de reflorestamento do Município de Rio Negrinho; Estefano Saviski Filho, Vice-Prefeito de Monte Castelo; Paulo Maurício, Coordenador da Cidasc do Planalto Norte; Onório Simiski, Presidente do Sindifumo de Santa Cruz do Sul; Rosemar Bertoldi, Gerente da Continental Tabacos Alliance, filial de Ituporanga; e Magno Bolmann, Coordenador do Consórcio Quiriri dos Municípios de Campo Alegre, São Bento, Rio Negrinho e Corupá, primeiro consórcio ambiental de Santa Catarina. Em seguida, concedeu a palavra ao **Prefeito Municipal de Papanduva, Sr. Humberto Jair Damaso Ribas**, que disse que todo ser vivo é fruto, produto da terra e do meio ambiente, que interagem com ele, e que a Terra já viveu várias extinções em massa, sendo que mais de 90% das espécies vegetais e animais deixaram de existir, e que se está caminhando para mais uma extinção, desta vez devido à ação do homem. Ressaltou que a semente da bracatinga, espécie nativa da região, dura trinta anos ou mais no subsolo, a custos baixíssimos, e gera uma das melhores lenhas e uma excelente madeira. Salientou que até recentemente Santa Catarina era um dos únicos Estados da Federação onde era proibido o manejo e o uso da bracatinga, que agora é permitido, só que o produtor rural está tendo grande dificuldade, já que o licenciamento ambiental é de difícil acesso. Solicitou que a Fatma, a Polícia Ambiental e o Ibama não sejam apenas fiscalizadores mas, sim, orientadores de como deve ser utilizada essa riqueza natural, a bracatinga. Disse que os agricultores se sentem como vilões da degradação ambiental, mas que mesmo um cidadão que mora numa capital mais tecnológica do mundo se utiliza de recursos naturais, através da queima de combustíveis fósseis, do uso de energia elétrica e da alimentação, ressaltando que os municípios que são essencialmente agrícolas não devem pagar o ônus, levar a culpa pela degradação ambiental, precisam ser reconhecidos e ter acesso à liberação. Finalizando, informou que Papanduva hoje tem cerca de duas mil propriedades que vivem da fumicultura, do plantio de tabaco, representando mais ou menos dez mil pessoas que utilizam a lenha, essência nativa ou não, como os cerealistas, os produtores de

suínos e de aves. Prosseguindo, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Sr. Acir Veiga, representante da Fetaesc**, que salientou que a fumicultura é um meio de sobrevivência de pequenas propriedades dos Municípios do Planalto Norte e que tem um peso econômico muito grande. Destacou que entregou ao Deputado Mauro Mariani uma solicitação de todos os sindicatos do Planalto Norte quanto ao termo de compromisso que os agricultores estão assinando, assustados, porque se não assinarem serão denunciados e se assinarem se autodenunciam. Informou que os agricultores têm procurado os Sindicatos de Trabalhadores Rurais alegando problemas de ordem técnica, entre eles o de que não existe pessoal para fazer esse licenciamento, seja por parte da Fatma ou por técnicos do Ibama. Ressaltou que os Prefeitos alegam que não podem atender os produtores rurais devido à burocracia exigida pelos órgãos ambientais e que o alto custo do licenciamento feito por empresas particulares, que gira em torno de 500 reais, é superior ao valor da lenha utilizada nas estufas; que outro produto para fazer o licenciamento é o mapa do terreno feito por topógrafos e também a averbação legal junto ao Cartório de Registros de Imóveis. Disse ainda que 80% das propriedades do Planalto Norte têm sérios problemas, entre eles o Certificado de Cadastro no Incra, o CCIR, inventários de bens ainda parados, terrenos de posse, que não possuem documentos, o que inviabiliza o licenciamento imediato, achando por isso muito difícil técnicos fazerem esse licenciamento ainda para esta safra, já que dentro de aproximadamente dois meses o fumo tem que ser colhido. Mencionou que outro problema percebido é o tempo desperdiçado pelo agricultor, que vem em busca de informações no Sindicato porque não encontra nenhum órgão oficial para dar as explicações concretas sobre esse termo de compromisso, salientando que hoje é questionado pelos agricultores qual a diferença para o meio ambiente a lenha ser licenciada ou não. Finalizando, solicitou a intervenção da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa no sentido de que a mudança da legislação ambiental seja condizente com a realidade dos agricultores, bem como empenho para a suspensão dos efeitos do termo de compromisso até que sejam resolvidas as questões de ordem legal, principalmente técnicos habilitados para fazer o licenciamento. Prosseguindo, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Sr. Sálvio Tonini, representante da Faesc**, que salientou que na mesa de trabalho havia pessoas muito interessadas numa parceria, num trabalho conjunto, no sentido de se chegar a uma solução adequada à realidade e à condição de cada um, citando como exemplo o Deputado Mauro Mariani, que, segundo ele, resgatou no ano passado em Canoinhas o movimento para chegar a uma resolução do Conama, e que o Procurador Alexandre Herculano de Abreu, numa reunião para discutir o Termo de Ajuste da Lenha, para extração racional da bracatinga, ligou para o Secretário do Meio Ambiente da época, em Brasília, e a partir daí surgiu a primeira resolução, a de nº 310, de junho de 2002. Disse que hoje todas as instâncias superiores jogam nas costas dos municípios, que têm que resolver, que a ajuda é rara. Comentou que os produtores querem normalizar essa situação e que existe uma resolução que está sendo elaborada pela equipe que trabalha com o Dr. Herculano de Abreu no Ministério Público, que irá facilitar a situação dos pequenos produtores, aqueles com menos de trinta hectares. Externou que estão angustiados porque não têm onde se legalizar, que não há estrutura e técnicos nos órgãos responsáveis, e que o plantio não espera, tem época certa. Disse que não querem a destruição, que têm consciência de que se não preservarem no futuro terão um deserto, pois sabem que o mundo tem vinte e cinco milhões de hectares improdutivos por falta de água; querem condições de trabalho e estrutura para se adequarem às exigências da lei. Comentou que se o País hoje apresenta um superávit na balança comercial é graças aos produtores rurais. Solicitou às autoridades competentes que sensibilizem o Governador do Estado para a necessidade de adequar as instituições à realidade presente e que o Estado assuma o princípio federativo da questão ambiental, como os demais Estados, bem como ao Procurador Herculano de Abreu que continue a ajudá-lo no sentido de que a lei seja cumprida, que ninguém seja transformado em bandido ou em Cristo, para ser crucificado. Agradeceu ao Conselheiro Luiz Herbst pela apresentação do filme e disse ao Deputado Reno Caramori que aquilo que S.Exa. levou como amostra da eficiência catarinense hoje está emperrado, pelo fato de muitas famílias, em torno de quatro mil, estarem sem receber remuneração pelo projeto e que não existem recursos porque pessoas que estão em Brasília, nos bastidores, com ar-condicionado e almofadas, suspenderam a remessa do dinheiro que iria atender à população pobre, que são pessoas fixas na terra, que têm dignidade e cidadania. Concluiu reiterando a importância da união de todos, autoridades e produtores rurais, para que o projeto volte. Na seqüência, fez uso da palavra o **Sr. Jorge Farias, representante da Afubra**, que declarou que esse assunto da bracatinga está sendo discutido há pelo menos cinco anos e que não acredita existir na audiência pública alguma pessoa que duvide da viabilidade do sistema racional do uso da bracatinga, pois foi comprovado cientificamente que é possível usá-la de forma sustentável. Citou que a Embrapa-Florestas, maior órgão de pesquisa florestal no Brasil, tem apenas vinte e cinco anos, enquanto a bracatinga é manejada no Estado há no mínimo oitenta anos e que até agora ainda se tenta mostrar que é viável o seu manejo sustentável. Comentou que as pessoas que são contra não estão presentes para discutir, para dizer por que são contra, que gostaria de

saber que interesse os movem contra a agricultura catarinense e contra a agricultura familiar. Observou que é preciso achar definitivamente uma alternativa, pois não há mais discurso que se sustente. Disse que a desculpa inicial era a necessidade de se alterar a resolução do Conama, que foi alterada, e que agora há uma briga entre alguns órgãos executores da política ambiental no Estado para definir quem irá licenciar ou não, mas que alternativas existem, como os consórcios regionais, delegando ações para o órgão estadual. Disse ainda da necessidade de ações práticas e urgentes para trazer tranquilidade aos produtores rurais, especialmente aos fumicultores. Salientou aos presentes que a bracatinga não interessa apenas aos agricultores que plantam fumo, mas a toda a agricultura catarinense, já que só não existe na faixa litorânea e na porção Sudoeste do Estado, no mais, todo o território catarinense se utiliza dela. Acrescentou que antigamente a bracatinga era utilizada apenas para a energia e hoje é utilizada também na construção civil, na fabricação de móveis, na produção de carvão e até na apicultura, haja vista que um agricultor está colhendo mel e exportando para a Alemanha. Finalizando, disse que a intenção da Afubra é sair da audiência com uma proposta definitiva, conclusiva sobre a questão da bracatinga. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Sr. José Alfredo da Fonseca, Gerente Regional da Epagri/Canoinhas**, que contextualizou os aspectos que se referem à extensão rural e pesquisa, na qual a Epagri tem parte da responsabilidade no Estado, colocando que no Planalto Norte 90% das propriedades possuem até cinquenta hectares, que são de pequenos agricultores, e que a cultura do fumo está maciçamente presente na maioria das propriedades, que o fumo é o maior produto bruto agrícola na região, com aproximadamente trinta e cinco mil hectares, superando inclusive o produto bruto do milho. Informou que na próxima semana ocorrerá, na região, uma conferência ambiental e que normalmente essas questões ambientais tendem a fugir dos reais problemas que existem, que a intervenção da agricultura é extremamente transformadora de paisagem e que no momento em que se intervém no ambiente com desmatamento, retirada de lenha e de madeira, está-se transformando radicalmente as condições de absorção de água no solo, as condições de erosão e a questão da biodiversidade, que é preciso, então, disciplinar a intervenção racionalmente, no sentido da preservação, sem desconsiderar as questões sociais e econômicas, e que não há como evoluir nesse tema se não existirem proposições concretas e planejamento de médio e longo prazo. Propôs se pensar o desenvolvimento regional futuro a partir de debates aprofundados para se construir uma proposta de desenvolvimento futuro para o Planalto Norte, caso contrário, vai-se ficar discutindo em cima de questões pontuais, porque o desenvolvimento local precisa ser feito através de um planejamento integrado e sustentável, com educação e com a parceria de todos os segmentos que compõem o território. Na seqüência, fez uso da palavra o **Sr. Alexandre Pires, Coordenador de Política Florestal do Ibama/SC**, que esclareceu sobre o uso, por parte dos membros da mesa, da terminologia utilizada na audiência, que na verdade não seria licenciamento, que esse termo só é utilizado para fazer empreendimento, como usina hidrelétrica ou outros de maior impacto, que para a questão da bracatinga seria "autorização simplificada para corte". Disse saber da angústia de todos os agricultores e que deveriam estar presentes os que têm o poder da caneta, que são os representantes do Conama, responsáveis pela situação. Externou seu repúdio à Resolução nº 310, da bracatinga, que não veio contribuir em nada, porque foi elaborada de forma mais adequada à exploração de palmito. Destacou que o Ibama tem a responsabilidade de fazer cumprir a lei, mas que não concorda com a forma como a lei foi elaborada e que os órgãos fiscalizadores, como Ibama, Fatma e Polícia Ambiental, passam por vilões ao cumprirem seus papéis. Mencionou que há dois anos foi dado o primeiro grande passo, que foi a autorização simplificada da bracatinga, contemplando os pequenos agricultores. Esclareceu que irão levar uma proposta para a regulamentação da Resolução nº 310, do Conama, que será assinada pelo Ibama e pela Fatma, e que a intenção do Ibama é passar as atribuições para a Fatma, porque o Ibama, atualmente, possui pequeno corpo técnico para atender toda a demanda, que somente em Papanduva são dois mil fumicultores. O **Sr. Presidente** agradeceu pela presença de todos os técnicos das fumageiras presentes à audiência, ressaltando que fazem um excelente trabalho junto aos homens do campo no Estado. Em seguida, concedeu a palavra ao **Sr. João Tadeu, Gerente de Projetos Especiais da Fatma**, que inicialmente salientou que há muito tempo uma comissão composta por várias entidades se reúne para tratar da questão da bracatinga, destacando que foram realizadas mais de quinze reuniões, porque como a bracatinga está embutida num contexto de toda a vegetação, não podendo até então ser separada do restante da floresta, é a saída para quem depende da lenha, principalmente os fumicultores; que no Estado são mais de cinquenta mil produtores rurais que dependem desse trabalho para a sobrevivência. Citou que a Fatma é o órgão ambiental do Estado que autoriza o corte da vegetação e que a bracatinga só pode ser cortada em estágio inicial, conforme preconizava a Resolução nº 004/94, mas que em 2002, graças à participação do Ministério Público (através da Coordenadoria de Meio Ambiente) e da Assembléia Legislativa (através da Comissão de Agricultura), foi publicada a Resolução nº 310, específica sobre o manejo da bracatinga em Santa Catarina, acentuando que ela dá toda a autonomia, mando e decisão para sua

aplicabilidade a um órgão federal, o Ibama, mas que está escrito na lei que poderá ser repassada a um órgão estadual e aos municípios se houver entendimento de que o Estado será o detentor da autonomia para autorizar o corte da bracatinga. Disse que a Fatma, dentro da sua capacidade técnica, que é restrita, mesmo não possuindo estrutura suficiente para atender toda a demanda irá procurar alternativas, já que é meta do Governo Estadual apoiar a pequena propriedade rural e a descentralização, ou seja, se o município tiver estrutura suficiente para poder autorizar, será repassado a ele essa condição, destacando que depende de decisão simples de quem executa essa resolução e que se couber ao Estado e à Fatma será dado andamento ao processo de autorização de corte e descentralização através de convênios com os municípios. Na seqüência, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Capitão Adelar Pereira Duarte, Subcomandante da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental/SC**, que saudou o Sr. Sálvio Tonini, colocando que no Ministério Público muito bem tem representado os agricultores nas tratativas referentes à questão da bracatinga para melhorar a vida de todos, inclusive a dos agentes de fiscalização. Anunciou que dentre as Polícias de Proteção Ambiental brasileiras a de Santa Catarina foi a que mais apresentou projetos, metodologias, sistemas de trabalho de policiamento sempre na vertente social. Registrou que a Polícia de Proteção Ambiental participou, juntamente com o Ministério Público, de vários programas, dentre eles o Água Limpa, o da Agricultura, o da Rizicultura e o da Fruticultura, quando foram equacionadas várias questões. Colocou que quando as questões da bracatinga e do uso da lenha forem solucionadas o trabalho da fiscalização irá diminuir; que a Polícia de Proteção Ambiental está à disposição para a busca de uma solução; que a Polícia Ambiental tem orgulho de trabalhar com pessoas como as que estão presentes à audiência, que são ordeiras, trabalhadoras e ajudam no crescimento do País. Na seqüência, fez uso da palavra o **Sr. Alexandre Herculano de Abreu, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente/SC**, que ressaltou a importância da realização, pela Assembléia Legislativa, de audiências públicas pelo Estado, pois é o Poder Legislativo indo ao encontro dos anseios, dos problemas e das dificuldades por que passa o setor agrícola catarinense. Comentou que vem à audiência com um otimismo realista, explicando que a Coordenadoria do Meio Ambiente não está há cinco anos tratando dessa questão e sim há apenas dois anos e que num prazo de seis meses a um ano a organização, juntamente com os agricultores, conseguiu a resolução do Conama, que foi aprovada em 2002. Esclareceu que quando a resolução foi implementada a parte do Ministério Público foi resolvida, pois queriam que a resolução acabasse exatamente com a exploração da mata nativa. Sugeriu a municipalização da fiscalização ambiental através de consórcios, como já acontece com o lixo, bem como que o programa Fome Zero auxilie os produtores catarinenses através de projeto florestal e que haja melhor estrutura funcional da Fatma, que hoje conta com apenas cento e trinta pessoas, sendo que o órgão ambiental do Estado do Paraná tem setecentas pessoas e o do Rio Grande do Sul mais de mil pessoas. Finalizando, disse que o Ministério Público quer ser parceiro, mas quer que os compromissos sejam efetivados. Na seqüência, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Deputado Reno Caramori**, que disse que já em 1994 solicitou ao Governo a regulamentação da Lei Florestal de Santa Catarina, dando prioridade à bracatinga. Criticou o Conama, órgão federal responsável pela situação vivida pelos agricultores hoje, por não se fazer presente à audiência pública. Solicitou que o Governo agilize uma solução ou o Conama viabilize convênios com as Prefeituras. Informou que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia realizou uma reunião com a Epagri, com a Associação Catarinense dos Reflorestadores, com a Fiesc, com a Universidade de Canoinhas e com a Furb, na cidade de Itajaí, no sentido de buscar um calendário de seminários para tratar do desenvolvimento florestal de Santa Catarina. Finalizou dizendo que a Assembléia Legislativa, através do Fórum Permanente de Silvicultura, do qual é Presidente, vai participar desses seminários realizados pelas Secretarias da Agricultura e do Meio Ambiente para que possa acompanhar todas as questões. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Deputado Dionei Walter da Silva**, que inicialmente o elogiou pelo trabalho desenvolvido na Assembléia Legislativa, bem como o Procurador Alexandre Herculano de Abreu, pelas diversas lutas que implementa em Santa Catarina na questão da suinocultura, da utilização das águas, do lixo doméstico das cidades e tantas outras. Sugeriu que seja feita pressão em cima da Fatma e do Ibama para que se ache uma solução, seja através de convênio com as Prefeituras, com a Epagri, com a Cidasc, obrigando o Governo a descentralizar os órgãos responsáveis pela liberação dessa licença. Na seqüência, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Deputado Rogério Mendonça**, que o elogiou pela realização da audiência pública e pelo trabalho na Assembléia Legislativa, interiorizando os trabalhos da Comissão de Agricultura pelo Estado. Destacou que a agricultura é uma das atividades mais importantes para o Estado, é a atividade que mais agrega valor e permite que o êxodo não cresça. Salientou que por diversas vezes tem utilizado a tribuna da Assembléia

Legislativa para falar da bracinga e da Resolução nº 310, do Conama, que é na verdade um conselho paritário, metade de entidades governamentais e metade de entidades não-governamentais. Sugeriu que as Prefeituras elaborem as autorizações ou até mesmo a Epagri. Finalizou dizendo que na sua opinião ao invés de os agricultores assinarem o termo de compromisso que assinem um termo de ajuste de conduta, tendo assim maior liberdade. Em seguida, o Sr. Presidente abriu espaço para a plenária, para questionamentos, momento em que o Sr. **Régines Roeder, Coordenador da Fatma do Planalto Norte/Canoinhas** disse ao Dr. Alexandre Herculano de Abreu que há necessidade de alteração de alguns artigos das leis. Salientou que a função de Coordenador da Fatma no Planalto Norte é difícil, tendo em vista que 90% da população são pequenos agricultores, e que hoje a Fatma tem uma mentalidade mais educativa no sentido de ajudar o pequeno e o médio agricultor. Destacou que a legislação tem que ser respeitada, que mais de 50% dos agricultores se utilizam de mata nativa para consumo de lenha e isso tem que ser respeitado. Exemplificou que, além do corte, o maior problema para o Planalto Norte é a autorização para o transporte da lenha, pois os agricultores às vezes têm que ir até outro município para pedir autorização ao Ibama, que a Fatma tem a atribuição legal para autorizar o corte da vegetação e que deveria também ter a atribuição de liberar o transporte da madeira, haja vista que às vezes os agricultores têm autorização para o corte mas são barrados pelos policiais florestais ou pela própria Fatma por não terem autorização para o transporte. Disse conhecer o trabalho do Dr. Herculano de Abreu, elogiando-o pela participação na campanha "Lixo Nosso de Cada Dia". Salientou que os agricultores têm que ter consciência de que já existe um termo de ajustamento de conduta na questão da lenha, porque quando do vencimento desse termo daqui a dois anos todos estarão sem autorização para corte. Destacou que há necessidade de se respeitar a legislação, que se não há como alterá-la, tem que se adaptar a ela e incentivar o plantio da bracinga. O Sr. Presidente passou a palavra à **Sra. Rode Amélia Martins, Procuradora da Fatma**, que esclareceu que a mata nativa, quando plantada pelo agricultor, não precisa passar pelos rigores daquela mata que a natureza plantou. Esclareceu que muitos agricultores deixam de plantar a vegetação nativa sob o argumento de que não poderão utilizá-la para fins de exploração econômica. Explicou que o entendimento jurídico da Fatma é de que a ATPF é uma autorização inerente à autorização de corte, ou seja, quem dá autorização de corte tem que dar autorização para transporte. Disse que na minuta de delegação de atribuições tem que ser colocada a ATPF, porque é inexorável a autorização de corte. Explicou que sobre a questão da municipalização a Fatma tem buscado municipalizar mas nem todos os municípios, dada à baixa arrecadação, possuem profissionais adequados para efetivar o licenciamento e por enquanto a proposta de consórcio carece de autorização legislativa. Esclareceu também que a Fatma hoje possui uma estrutura descentralizada, que o problema é que é muito deficitária em termos de mão-de-obra. Sugeriu aos municípios que ainda não possuem uma condição razoável de poder exercer o licenciamento no âmbito municipal que cedam funcionários efetivos à disposição do órgão ambiental estadual para contribuírem na agilização do processo de licenciamento. Em seguida, fez uso da palavra o Sr. **Énio Frederico Cesconetto, Técnico da Epagri/Itaiópolis, Diretor de Assuntos Associativos da Federação dos Apicultores de Santa Catarina e Diretor do Sindicato dos Técnicos Agrícolas/SC**, que disse que para os apicultores o manejo da bracinga favorece o desenvolvimento da atividade. Sugeriu que nos projetos de reflorestamento ou de geração de trabalho e renda seja permitido o uso de espécies nativas, especialmente a bracinga, que produz uma quantidade de mel considerável, de boa qualidade, inclusive considerado um mel medicinal pelos europeus, com alto valor agregado, e que hoje a produção catarinense vem se destacando, inclusive em nível de exportação, especialmente para a Alemanha. Destacou que a região está produzindo o melhor mel do mundo, que é o mel orgânico. Colocou à disposição os profissionais técnicos da área agrícola para executar a tarefa de licenciamento ambiental depois de passarem por um programa de capacitação e orientação. E a Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas de SC poderia agilizar o processo de licenciamento nas propriedades, fazendo um trabalho de parceria mais na área de educação ambiental e na área de capacitação de novos profissionais, favorecendo os Prefeitos ou os consórcios que se instalarão para a condução do trabalho. Finalizando, solicitou atenção e apoio da Comissão de Agricultura e das autoridades ambientais e governamentais para a reivindicação do Sindicato dos Técnicos Agrícolas, do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos e dos demais sindicatos que compõem a Intersindical dos Trabalhadores da Secretaria da Agricultura, de reajuste salarial para os funcionários da Epagri, da Cidasc e do Icepta. Em seguida, o Sr. **Ativir Dominiak, Coordenador Regional do Movimento dos Pequenos Agricultores/Planalto Norte/Papanduva**, entregou à mesa um documento tirado e aprovado pelos agricultores da região contendo algumas reivindicações, como a imediata liberação do corte de lenha para a atual safra sem cobrança de taxas; reconhecimento pelo Ibama

do reflorestamento natural da bracinga pelos agricultores; proibição do plantio de *pinus* em propriedades com menos de seis módulos fiscais; indenização pelo Estado e pelas fumageiras em no mínimo 40% da produção da última safra, por um período mínimo de dez anos, para os fumicultores que não tenham lenha suficiente para manter as estufas de secagem do produto. Na continuação, a **Sra. Sônia Estela Wagner Zamboski**, agricultora de Irineópolis e esposa do Presidente da Associação de Agricultores de Serra Grande/Irineópolis, perguntou por que não liberarem o trabalho ao agricultor, exigindo que ele faça uma reposição da madeira derrubada, caso contrário, que seja multado. Disse ainda que as altas taxas impostas hoje ao homem do campo vão tirá-lo do meio rural e que a plantação de *pinus* nas serras está prejudicando a água da região onde mora. Solicitou às autoridades que tomem providências quanto à liberação da plantação de *pinus* e que livrem os agricultores de tantas responsabilidades. Na sequência, o Sr. **Nataniel Rezende Ribas**, ex-Prefeito e agropecuarista de Papanduva, disse que a araucária não pode ser utilizada pelos agricultores, que foi proibida através de uma portaria. Disse ainda que ela tem que ser explorada de maneira sustentável. O Sr. **Luiz Nicolau Mikalovisz, Vereador de Papanduva**, sugeriu à Comissão de Agricultura que o produtor rural implante na propriedade a essência nativa da araucária e que a madeira que tem mais de cinquenta ou sessenta centímetros possa ser utilizada sem o pagamento de taxas. Perguntou aos representantes da Fatma e do Ibama o que era feito com o dinheiro arrecadado com as multas e taxas aplicadas. Sugeriu à Comissão que quando da ocorrência de crime ambiental, o produtor seja punido com o reflorestamento de essências nativas em outras propriedades. Sugeriu ainda à Secretaria de Estado da Agricultura e aos Secretários Municipais de Agricultura a distribuição gratuita de sementes de essências nativas, como araucária, imbuia e canela, a todos os produtores para a recomposição da mata ciliar. O Sr. **Renato Cepeda, Assessor Jurídico do Movimento de Trabalhadores Rurais do Planalto Norte/Canoinhas**, perguntou o que fazer com a bracinga que já está cortada, que está no paiol e vai ser utilizada daqui a dois meses. Disse que seja ou não de forma simplificada a autorização de corte, não existe estrutura para fiscalização e concessão dessas licenças, porque a Coordenadoria da Fatma atende a quatorze municípios, sendo que são vinte e oito mil estufas que têm que ser visitadas para autorização simplificada de corte e que isso é humanamente difícil ser praticado em apenas dois meses. Sugeriu então que Ministério Público, Fetaesc, Sindifumo e todas as entidades envolvidas elaborem um termo de ajustamento de conduta que possibilite a utilização da bracinga ao menos para a próxima safra de fumo, que será daqui a dois meses. Levantou que uma portaria elaborada através de uma parceria entre Fatma e Ibama teria que envolver outros órgãos ambientais, inclusive a Epagri, que possui técnicos capacitados para conceder a autorização, e, ainda, os Sindicatos dos Trabalhadores e dos Produtores Rurais do Estado que tiverem interesse em contratar técnicos capacitados para análise e liberação dessas autorizações simplificadas de corte. Sugeriu que países americanos e europeus que estão exigindo do Brasil a preservação do meio ambiente sejam consultados, através de suas embaixadas, se se propõem a preservar e a reconstituir 80% das florestas temperadas que eles mesmos desmataram. O Sr. **Gerson Acácio Rauen, Vereador de Papanduva**, perguntou quanto tempo demorará o entendimento entre a Fatma e o Ibama para que a Fatma exerça em definitivo essa responsabilidade no Estado e se o Paraná normatizou o manejo florestal por que Santa Catarina não utiliza esse mesmo artifício. Em seguida o **Tenente Adair Alexandre Pimentel, Comandante do 5º Pelotão da Polícia Ambiental do Planalto Serrano**, sugeriu que o Ibama, através da sua assessoria jurídica, busque uma forma de aumentar o volume de madeira que não precisa da ATPF, que hoje é de dois metros cúbicos, para dez ou quinze, beneficiando assim os pequenos agricultores; e que a Fatma busque, como o órgão ambiental do Paraná, o retro-selo, que é a liberação de volume a ser transportado. O Sr. **Francisco Carlos Schiessl, Vereador de Bela Vista do Toldo**, sugeriu que companhias fumageiras, associações de agricultores, Prefeitos, Secretaria de Agricultura dos Municípios e Governo do Estado se juntem para comprar áreas para reflorestamento. O Sr. **Emanoel Geovane Melniski, agricultor de Bela Vista do Toldo**, perguntou se as autoridades presentes não assumiriam o compromisso de formar técnicos agrícolas para informar aos agricultores o que podem ou não plantar nas propriedades, porque além do fumo existem outras atividades. O Sr. **Hamilton Zeferino da Silva, Vereador de Santa Terezinha**, solicitou que as autoridades presentes revejam a Resolução nº 0454, pois acha que ela acaba com o meio ambiente, degrada a vegetação, que elaborem um artigo revogando essa resolução, para que se possa ter o manejo sustentável da madeira mais adulta; informou ao Deputado Rogério Mendonça que o seu município está formando uma associação de reflorestadores e solicitou orientação e um estatuto. Expôs ao orador anterior que é difícil fazer reflorestamento com pequenos agricultores mas que através de uma associação é mais fácil expandir esse reflorestamento, que beneficia mais propriedades, justamente aqueles que não têm lenha. O Sr. **Geraldo Orlonski, Vereador de Irineópolis e funcionário da Souza**

**Cruz**, contestou o que disse o Vereador Schiessl, que as empresas fogem do debate. Disse que o Dr. Herculano de Abreu é testemunha de que todas as empresas fumageiras estão em busca da legalidade das coisas e que se fazem presentes em todos os debates. Como representante de todos os agricultores de Irineópolis, pediu ajuda ao Dr. Herculano de Abreu, do Ministério Público, porque no seu município colonos compraram lenha nativa do pessoal que fez destoca, sem autorização, de uma forma desordenada, que, para se verem livres das lenhas, ofereceram-nas a um preço irrisório para os agricultores, que pensam em preservar, que acabaram comprando e não sabem o que fazer. O **Sr. Francisco Eraldo Konkol, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis**, disse que a lei tem que ser revista porque existem pessoas que compraram suas terras a preços altos, preservaram e agora não podem utilizá-las. O **Sr. Pedro Woiciechowski, fumicultor de São João**, reclamou do fato de não ter sido dada a oportunidade para falar antes, dizendo que o povo tem que escutar e só falar ao final, quando do esvaziamento da plenária. Explicou que não tiveram apoio financeiro de firma alguma; que a firma está jogando contra eles, que tem que ser punida, que os agricultores estão plantando do seu próprio bolso. Dando continuidade, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Dr. Alexandre Herculano de Abreu, do Ministério Público**, que respondeu à agricultora, que disse que com os grandes nada é feito, que diga quem está cometendo crime ambiental que mandará a Polícia Ambiental tomar providências. Respondeu que com relação à ATPF acha absurdo um agricultor ter que ir a outro município pedir a autorização. Quanto à sugestão apresentada pela Dra. Rode, de que a Fatma poderia fazer esse papel, disse que pelo artigo 13 da Resolução do Conama não parece ser possível, mas que a sugestão do Sr. Pimentel, da Polícia Ambiental, facilitaria em relação ao pequeno agricultor. Comentou que um dos encaminhamentos dados com relação à assinatura da resolução seria essa proposta do Sr. Pimentel pois assim seria resolvida a preocupação dos pequenos produtores. Explicou que quanto às embalagens de agrotóxicos as empresas já são obrigadas e que se tiver alguma agropecuária, em qualquer município, que não esteja recebendo a embalagem de agrotóxico que comunique à Polícia Ambiental, que fechará essa empresa. Deixou claro que o agricultor que recebe seu agrotóxico tem que devolver a embalagem no prazo de um ano; a agropecuária vai ter que receber e a empresa, o Ipev, vai buscar essa embalagem e levá-la para sua destinação final, que é São Paulo. Ressaltou que o Conama, Conselho Nacional de Meio Ambiente, é formado por várias entidades, na sua maioria ambientalistas, parte do Governo do Estado, Secretarias de Estado e três ou quatro representantes do setor agrícola, ou seja, o setor agrícola não tem voz, e o Estado, através de suas Secretarias, que deveria estar lá, não vai às reuniões, as resoluções são aprovadas apenas por pessoas ligadas à área ambiental. Saliu que recentemente foi elaborada uma outra resolução, a de nº 303, com relação ao litoral catarinense, que diz que na área de restinga tem que ser preservado trezentos metros, ou seja, acaba com o litoral catarinense inteiro. Comentou que o Conama está fazendo leis, usurpando inclusive a função do Poder Legislativo, que é o órgão responsável pela elaboração de leis, que o Conama tem apenas que regulamentar e não fazer as leis como hoje está fazendo, criando abusos como esse que hoje está colocado com essa legislação. Saliu que precisa haver organização. Finalizando, disse que quanto à formação do agricultor, dentro da atividade agrícola, é a grande missão que tem o Estado, através da Epagri, através de seus órgãos, das Prefeituras e das Secretarias. Ressaltou que por falta de preparo está-se vendo, dia após dia, a diminuição do setor agrícola no Estado. Respondeu que quanto à questão do depósito do passivo ambiental está com o Estado, mais precisamente com a Epagri, há seis meses, para fazer um levantamento para saber onde estão esses passivos. Embora a lei não obrigue a indústria a fazer, disse que fez um acordo, através de um termo, que a indústria vai pegar, mas que precisa receber do Estado a informação de onde estão essas embalagens de agrotóxicos que foram guardadas. Ao final, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Sr. João Tadeu, Engenheiro Florestal e Gerente de Projetos Especiais da Fatma**, que respondeu ao Sr. Nataniel, que questionou sobre o pinheiro, que a Fatma concorda que há necessidade, porque o pinheiro é um ser vivo e tem crescimento, envelhecimento e morte, que o seu uso, dentro de normas, é possível mas que hoje não existe legislação para autorizar e que a lei prevê que, em área rural, o aproveitamento de araucária seja de quinze metros cúbicos. Sobre a lenha, expôs que a autorização que é dada é para corte e o que for cortado e não tiver procedência ficará na clandestinidade. Explicou também que quanto ao fato de o Estado do Paraná ter uma portaria que permite é porque cada Estado tem uma resolução definida, que no Paraná a bracinga está enquadrada no estágio inicial, conforme a Resolução nº 02, e que no nosso caso, conforme a Resolução nº 0494, está enquadrada no estágio avançado, por isso não se pode fazer uso dela. Disse que com relação a valores, se tiver aplicabilidade da resolução, vai ser feito manejo, através de módulos, que vai caber uma autorização para cinco anos, ficando em torno de 10 reais/ano.

Intervindo, o **Sr. Renato Mattar Cepeda** colocou que não é a licença para a lenha cortada. Sugeriu ao Dr. Herculano de Abreu que fosse feito um ajustamento de conduta para que os agricultores que têm lenha estocada, pensando nessa próxima safra, para cura e secagem de fumo dessa safra. Na sequência, o **Sr. Presidente, Deputado Mauro Mariani**, informou que os órgãos ambientais envolvidos, como Fatma, Ibama, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura, serão chamados para uma reunião na Assembléia, na próxima semana, quando serão decididas as propostas apresentadas na presente na audiência, como a assinatura imediata e a implementação de uma resolução conjunta entre Ibama e Fatma, repassando a atribuição à Fatma, formalizando assim uma solução para o impasse. Finalizando, agradeceu a todos pela presença, colocando a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa à disposição, e encerrou a audiência pública.

**DEPUTADO MAURO MARIANI**

**PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

### ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

As nove horas do dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e três, sob a Presidência do Senhor Deputado João Paulo Kleinübing e presentes os demais Senhores Deputados Afrânio Boppré, Celestino Secco, Ronaldo Benedet, Joares Ponticelli, Julio Garcia, Paulo Eccel e Jorginho Mello. Abertos os trabalhos foi lida a ata da vigésima quarta, quinta e sexta reunião, que foram aprovadas. O Senhor Presidente relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 367.7/03, exarando parecer pela admissibilidade com a Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade e o Projeto de Lei nº 087.2/03, exarando parecer favorável com as Emendas, que posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Deputado Afrânio Boppré relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 311.2/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 378.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 273.2/03, exarando parecer pela inadmissibilidade, aprovado o voto/vista do senhor Deputado Ronaldo Benedet, contrário ao relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº 154.7/03, exarando parecer favorável com a Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Celestino Secco relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 361.1/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ronaldo Benedet relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 174.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 359.7/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 239.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 241.5/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Joares Ponticelli relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 372.4/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 329.1/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Afrânio Boppré; o Projeto de Lei nº 023.3/03, exarando parecer pela Audiência Pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 341.8/03, exarando parecer favorável com o Substitutivo Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 238.0/03, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel e o Projeto de Lei nº 339.3/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Julio Garcia relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 235.7/03, exarando parecer pela conversão em Anteprojeto, se aprovado encaminhado por Indicação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Ronaldo Benedet; o Projeto de Lei nº 379.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 385.9/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Abaixo Assinado nº 022.0/95, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Paulo Eccel relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 267.4/03, exarando parecer pela realização de Audiência Pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 354.2/03, exarando

parecer favorável com o Substitutivo Global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Ronaldo Benedet. O Senhor Deputado Jorginho Mello relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 183.1/03, exarando parecer pelo deferimento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 199.9/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 190.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 247.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 237.9/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 289.0/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 356.4/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 314.5/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 348.4/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Roberto Fernando Carvalho Agostini, Secretário, lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2003  
Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### EMENDAS CONSTITUCIONAIS

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 034  
Acrescenta § 3º ao art. 110 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Artigo único. Fica acrescido o § 3º ao art. 110 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 110. ....

§ 3º O município sede da Capital do Estado não poderá sofrer processo de fusão, incorporação ou desmembramento."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni  
Presidente

Deputado Onofre Santo Agostini	Deputado Nilson Gonçalves
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Deputado Romildo Titon	Deputado Altair Guidi
1º Secretário	2º Secretário
Deputado Sérgio Godinho	Deputado Francisco de Assis
3º Secretário	4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 035  
Acrescenta o Capítulo IX ao Título IX da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica acrescido o Capítulo IX, denominado DO TURISMO e composto pelo art. 192-A, ao Título IX, da Constituição do Estado de Santa Catarina:

"CAPÍTULO IX  
DO TURISMO

Art. 192 -A O Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, de divulgação, de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, respeitando as peculiaridades locais, coibindo a desagregação das comunidades envolvidas e assegurando o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades exploradas, estimulando sua auto-sustentabilidade.

§ 1º O Estado definirá a política estadual de turismo proporcionando condições necessárias para o desenvolvimento da atividade.

§ 2º O instrumento básico de intervenção do Estado, decorrente da norma estatuída no *caput*, será o plano diretor de turismo, estabelecido em lei complementar que, fundado no inventário do potencial turístico das diferentes regiões, com a participação dos municípios envolvidos, direcionará as ações de planejamento, promoção e execução da política estadual de turismo.

§ 3º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Estado, em ação conjunta com os municípios, promover especialmente:

I - o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico sob jurisdição do Estado;

II - a infra-estrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos no fomento dos empreendimentos, equipamentos e instalações e na qualificação dos serviços, por meio de linhas de crédito especiais e incentivos fiscais; e

III - a promoção do intercâmbio permanente com Estados da Federação e com o exterior, visando o aumento do fluxo turístico e a elevação da média de permanência do turista."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de outubro de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

Deputado Onofre Santo Agostini	Deputado Nilson Gonçalves
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Deputado Romildo Titon	Deputado Altair Guidi
1º Secretário	2º Secretário
Deputado Sérgio Godinho	Deputado Francisco de Assis
3º Secretário	4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETOS DE LEI

#### PROJETO DE LEI Nº 402/03

**Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Vasco Bela Vista do Sul, do município de Mafra.**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **Sociedade Esportiva Recreativa Vasco Bela Vista do Sul**, sociedade civil sem fins lucrativos, localizada no Bairro Bela Vista do Sul, com sede e foro no Município e Comarca de Mafra.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2003

**MAURO MARIANI**

*Deputado Estadual*

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/03*

#### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o projeto de lei que visa tornar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Vasco Bela Vista do Sul, do Município de Mafra, atendendo pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de justiça o pleito apresentado.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI N.º 403/03

**Institui o Dia do Radialista no Estado de Santa Catarina.**

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de setembro como o Dia do Radialista, data comemorativa aos profissionais da radiodifusão em Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Cesar Souza

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/03*

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa homenagear o radialista, profissional que através de sua fácil acessibilidade à sociedade e informações privilegiadas, contribui para a divulgação, conhecimento e bem-estar de todos.

A iniciativa é para enaltecer o trabalho e a responsabilidade desse profissional, que envia suas mensagens às comunidades mais longínquas; promovendo o nosso Estado e mostrando seus valores.

A comemoração de datas referentes a ofícios constrói um calendário cívico, que no caso do dia do radialista traz-nos à memória indivíduos dotados de fantástica capacidade de comunicação e que marcaram a nossa história.

Por entender tratar-se de uma homenagem merecedora e justa, solicito aos demais pares desta Casa o necessário apoio para que aproveamos a relevante matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 404/2003**

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Vicente, de Herval d' Oeste.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Vicente, de Herval d' Oeste.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2003.

**Deputado JORGINHO MELLO**

**Líder da Bancada do PSDB**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/03*

**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Moradores do Bairro São Vicente, de Herval d' Oeste, é uma entidade civil de direitos privados, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos.

Objetivando congregar todos os moradores do bairro na orientação à atividades na área de saúde e cultura, educação e principalmente nas reivindicações de necessidades prementes junto aos poderes constituídos, resgatando assim o sentido da cidadania, desde os mais humildes até os mais esclarecidos, esta visa contemplar os anseios inerentes a vida social e principalmente ao estado democrático de direito, à conscientização pluralista e o saber viver em liberdade.

Em anexo, segue documentação conforme estatui a legislação, para que a mesma seja declarada de Utilidade Pública Estadual, solicitando aos colegas pelo acatamento da presente matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 405/03**

*Declara de Utilidade Pública o Hospital Beneficente São Roque.*

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o **Hospital Beneficente São Roque**, com sede no município de Arroio Trinta e foro na comarca de Videira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de Outubro de 2003

**RENO CARAMORI**

Deputado Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/03*

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei ora submetido à consideração de Vossa Excelências tem como objetivo assegurar a entidade beneficiada todos os direitos previstos na legislação vigente.

O Hospital Beneficente São Roque é uma Entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de acolher e propiciar gratuitamente a internação de doentes carentes para custear o tratamento, pessoas indigentes, e mediante pagamento, aos que pela situação econômica possam satisfazer o custeio do tratamento.

Considerando o exposto e ante a evidente utilidade da supracitada Entidade para a sociedade arroio-trintense, solicito aos nobres pares acolher a matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI N. 406/03**

Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde a implantar o Cartão da Saúde, nos serviços da rede pública estadual.

Art. 1º Institui-se o Cartão Saúde e o Cadastro de Informações de Saúde para garantir agilidade ao usuário, em conformidade com suas condições de saúde, nos serviços públicos Estaduais.

Art. 2º No Cartão Saúde constarão dados que facilitem o atendimento ambulatorial e hospitalares.

Parágrafo único. Os dados de que trata o *caput* deste artigo deverão conter os seguintes elementos:

- I - dados pessoais;
- II - telefone de um familiar ou contato;
- III - grupo sanguíneo e fator RH;
- IV - identificação se for portador de alguma doença grave; e
- V - patologias:
  - a) toxemia gravídica;
  - b) neoplastias;
  - c) diabetes;
  - d) fator 8 (hemofilia);
  - e) doenças sexualmente transmissíveis;
  - f) hepatite;
  - g) tuberculose;
  - h) alergias; e
  - i) outras.

Art. 3º O Cadastro de Informações da Saúde bem como a implantação do Cartão Saúde com as referidas informações, ficará sobre a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, que servirão também para diretrizes e elaboração de políticas de proteção e prevenção à saúde pública.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Deputada Odete de Jesus

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/10/03*

**JUSTIFICATIVA**

O Cartão saúde e o Cadastro de Informações da Saúde, servirão em muito para agilizar os atendimentos de emergência a todos servidores públicos Estaduais, tornando o atendimento muito mais ágil e seguro para o portador do cartão, pois neste constara todas informações importantes referente a sua saúde, a serem consideradas no pronto atendimento.

Dessa forma, acredita-se que o Cartão Saúde será um meio de auto-educação e controle para o usuário, que constara dados básicos sobre seu estado de saúde.

Além disso, também o cadastro de informações da Saúde irá permitir que o Estado de Santa Catarina tenha dados sempre atualizados acerca de problemas de maior gravidade sobre a saúde dos Catarinenses, possibilitando a fixação de diretrizes para políticas públicas nessa área.

Santa Catarina tem a obrigação de implantar mecanismos que venham ajudar numa melhora da saúde, assim de forma indireta ou até direta na melhora da qualidade de vida dos Catarinenses.

Este Cartão Saúde, já vem sendo utilizado em alguns estados do Nordeste Brasileiro, de uma forma geral pela população, com grande sucesso ajudando em muito o atendimento por profissionais da medicina e enfermagem, pois possuem um histórico da saúde do paciente em atendimento, economizando tempo e dinheiro tanto do Estado quanto da União.

Por isso, nobres Pares, pedimos seu apoio para a aprovação da presente iniciativa legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 407/03**

Anexa ao Município de Grão Pará as comunidades de Alto Rio Pequeno e Rio Amélia.

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 11.340, de 2000, respeitante à descrição dos limites dos Municípios de Grão Pará, Braço do Norte e Rio Fortuna, passa a contar com a seguinte redação nos itens que especifica, mantidas inalteradas as demais divisas:

**GRÃO PARÁ**

A - Com o município de RIO FORTUNA:

Inicia na serra Geral, na nascente do rio Espirado ou Pequeno (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°58'58"S, long. 49°19'25"W), desce por este até a foz do rio Areão (c.g.a. lat. 28°09'46"S, long. 49°12'58"W), segue por linha seca e reta até o Marco de Divisa -M.D. nº 1099 (c.g.a. lat. 28°09'14"S, long. 49°11'57"W), no divisor de águas entre o rio Pequeno ou Espirado de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro.

B - Com o município de BRAÇO DO NORTE:

Inicia no M.D. nº 1099 (c.g.a. lat. 28°09'14"S, long. 49°11'57"W), no divisor de águas entre o rio Pequeno ou Espirado de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro. segue por este divisor até a nascente de um afluente da margem esquerda do rio Amélia (c.g.a. lat. 28°09'21"S, long. 49°11'49"W); desce por este até sua foz no rio Amélia (c.g.a. lat. 28°09'47"S, long. 49°11'35"W); sobe por este até a foz de um afluente seu da margem direita (c.g.a. lat. 28°09'48"S, long. 49°11'36"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 28°10'27"S, long. 49°11'32"W), no divisor de águas entre os rios Pequeno ou Espirado e Amélia; segue por este divisor até a nascente de um afluente da margem esquerda do rio Pequeno ou Espirado (c.g.a. lat. 28°10'43"S, long. 49°11'22"W); desce por este até o M.D. nº 1100 (c.g.a. lat. 28°11'37"S, long. 49°11'46"W); segue por linha seca e reta até a foz de um afluente da margem esquerda do rio Pequeno ou Espirado (c.g.a. lat. 28°11'47"S, long. 49°12'01"W); desce por este até sua foz no rio Braço do Norte; desce por este até a foz do rio Cachorrinhos; sobe por este até o M.D. nº 1062 (c.g.a. lat. 28°14'48"S, long. 49°16'42"W).

**BRAÇO DO NORTE**

A - Com o município de RIO FORTUNA:

Inicia no Marco de Divisa - M.D. nº 1099 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat.28°09'14"S, long. 49°11'57"W), no divisor de águas entre o rio Pequeno ou Espirado de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro, segue por linha seca e reta até encontrar a nascente do rio Wesphalia ou João Paulo (c.g.a. lat. 28°08'28"S, long. 49°10'28"W); desce por este até sua foz no rio Braço do Norte (c.g.a. lat. 28°10'15"S, long. 49°08'55"W); sobe por este até encontrar a foz do córrego Haveroth (c.g.a. lat. 28°09'53"S, long. 49°07'28"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 28°10'19"S, long. 49°04'57"W); segue pelo divisor de águas entre os rios Coruja e Indaiá ou Indaiá, até encontrar a nascente do rio Indaiá ou Indaiá (c.g.a. lat. 28°11'22"S, long. 49°04'37"W).

F - Com o município de GRÃO PARÁ:

Inicia no M.D. nº 1062 (c.g.a. lat. 28°14'48"S, long. 49°16'42"W), no rio Cachorrinhos, desce por este até sua foz no rio Braço do Norte; sobe por este até a foz do rio Pequeno ou Espraiado; sobe por este até a foz de um afluente da margem esquerda do rio Pequeno ou Espraiado (c.g.a. lat. 28°11'47"S, long. 49°12'01"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 1100 (c.g.a. lat. 28°11'37"S, long. 49°11'46"W), num afluente da margem esquerda do rio Pequeno ou Espraiado; sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 28°10'43"S, long. 49°11'22"W), no divisor de águas entre os rios Pequeno ou Espraiado e Amélia; segue por este divisor até a nascente de um afluente da margem direita do rio Amélia (c.g.a. lat. 28°10'27"S, long. 49°11'32"W); desce por este até sua foz no rio Amélia (c.g.a. lat. 28°09'48"S, long. 49°11'36"W); desce por este até a foz de um afluente seu da margem esquerda (c.g.a. lat. 28°09'47"S, long. 49°11'35"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 28°09'21"S, long. 49°11'49"W), no divisor de águas entre o rio Espraiado ou Pequeno de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro; segue por este divisor até o M. D. nº 1099 (c.g.a. lat. 28°09'14"S, long. 49°11'57"W).

RIO FORTUNA

D - Com o município de BRAÇO DO NORTE:

Inicia na nascente do rio Indaiá ou Indaiá (c.g.a. lat. 28°11'22"S, long. 49°04'37"W), segue pelo divisor de águas entre os rios Coruja e Indaiá ou Indaiá até a nascente do córrego Haveroth (c.g.a. lat. 28°10'19"S, long. 49°04'57"W); desce por este até sua foz no rio Braço do Norte (c.g.a. lat. 28°09'53"S, long. 49°07'28"W), desce por este até a foz do rio Wespália ou João Paulo (c.g.a. lat. 28°10'15"S, long. 49°08'55"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 28°08'28"S, long. 49°10'28"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 1099 (c.g.a. lat. 28°09'14"S, long. 49°11'57"W), no divisor de águas entre o rio Pequeno ou Espraiado de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro.

E - Com o município de GRÃO PARÁ:

Inicia no M.D. nº 1099 (c.g.a. lat. 28°09'14"S, long. 49°11'57"W), no divisor de águas entre o rio Pequeno ou Espraiado de um lado e, os rios Amélia e Chapéu do outro, segue por linha seca e reta até a foz do rio Areão, no rio Pequeno ou Espraiado (c.g.a. lat. 28°09'46"S, long. 49°12'58"W), sobe por este até sua nascente, na serra Geral (c.g.a. lat. 27°58'58"S, long. 49°19'25"W).

Art. 2º Para a adequação a que se refere o art. 1º desta Lei proceder-se-á à retificação da representação dos Municípios de Grão Pará, Braço do Norte e Rio Fortuna nos mapas de que tratam os Anexos XXXVI e XXXVIII da Lei nº 11.340, de 2000, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde,  
Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/03

#### JUSTIFICATIVA

Apresentamos a esta Casa Legislativa pleito das comunidades de Alto Rio Pequeno e Rio Amélia, pertencentes ao Município de Braço do Norte, as quais anseiam a sua integração territorial ao Município de Grão Pará.

Segundo as razões que acompanham o Abaixo-Assinado, os moradores daquelas localidades usufruem, hoje, da infraestrutura econômica e social do Município de Grão Pará, principalmente em face à proximidade geográfica com a sede daquele Município.

Desse modo, comparecem a este Poder Legislativo buscando a homologação da referida retificação de divisas, nos termos da Lei Complementar nº 135, de 11 de janeiro de 1995.

Em atendimento ao art. 1º, § 6º, inciso II da Lei, acompanham este Projeto de Lei o Abaixo-Assinado das pessoas residentes na área, o Laudo Territorial nº 005/03, de 16 de junho de 2003, elaborado pela Diretoria de Geografia e Cartografia da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Decretos Legislativos nº 03/2003, da Câmara Municipal de Grão-Pará e nº 110/2003, da Câmara Municipal de Braço do Norte, além da manifestação favorável dos Prefeitos dos Municípios envolvidos.

Ressalte-se que o percentual de área a ser anexado ao Município de Grão-Pará corresponde a 3,6% do Município de Braço do Norte, ficando dispensada, portanto, a realização de plebiscito, consoante dispõe o inciso I do § 6º do art. 1º da LC/135/95.

Submetemos destarte, à consideração desta Casa, Projeto de Lei formalizado de acordo com o figurino insculpido na Lei Complementar nº 208, de 9 de janeiro de 2001, e a sistemática de atualização da Lei nº 11.340, de 8 de janeiro de 2000.

\*\*\* X X X \*\*\*

PROJETO DE LEI Nº 408/03

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP-15602/2003

Florianópolis, 16 de outubro de 2003

Exmo. Sr.

Deputado VOLNEI MORASTONI

DD. Presidente da assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa os Projetos de Lei Complementar que "Fixa índice de revisão geral da remuneração dos servidores ativos e dos inativos do Tribunal de Contas do Estado" e "concede abono aos servidores ativos e aos inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado", acompanhados da respectiva exposição de motivos e da Resolução nº TC-05/2003, de 13 de outubro de 2003 que aprova o encaminhamento dos projetos de lei supra mencionados.

Certo da acolhida por V.Exa. e seus dignos pares ao pleito ora apresentado, colho do ensejo para renovar-lhes meus protestos de elevado e distinguido apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/03

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CONSULTORIA GERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI 408/03

Fixa índice de revisão geral de remuneração dos servidores ativos e dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de agosto de 2003, aos servidores públicos ativos, e aos inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas a revisão salarial correspondente ao percentual de 1% (um vírgula zero por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2003.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Presidente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhores Membros da Augusta Assembleia Legislativa do Estado

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa, com fundamento nos arts. 2º, IV, c, e 90, VIII, da Lei Complementar nº 202/2000, os inclusos Projetos de Lei, um fixando índice de revisão geral da remuneração dos servidores ativos e dos inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, e outro concedendo abono, em conformidade com as propostas recentemente encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo contemplando os servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta, autárquica e fundacional daquele Poder.

Entende-se que a proposta do Executivo, apesar de silente quanto à sua fundamentação, consubstancia revisão geral de remuneração assegurada pelo art. 37, inciso X, da CF, impondo-se, por isso, sua extensão aos servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Salienta-se que há disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação do abono e da revisão, estando a despesa com pessoal do Tribunal de Contas abaixo do limite geral (0.80% da RCL), e do limite prudencial (0.76% da RCL), em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.

A declaração que acompanha o presente Projeto de Lei traz a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício de 2003 e nos dois subsequentes, e a indicação da origem dos recursos para o custeio; a declaração da compatibilidade das despesas com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei do orçamento será feita no momento do pagamento, em cumprimento ao disposto no art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Certo da boa acolhida, subscrevo-me com os meus votos de estima e admiração.

Florianópolis, em 16 de outubro de 2003

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROCESSO PNO 03/07228967  
INFO DAF Nº 171

Florianópolis, 01 de outubro de 2003

Senhor Presidente:

O presente processo trata dos Projetos de Leis com vistas a concessão de revisão salarial de 1% (um virgula zero por cento) e abono 1 - Disponibilidades Orçamentárias:

1.1 - Saldo Orçamentário Pessoal Ativo e Obrigações Patronais

- Folha Pessoal Ativo estimada Out a Dez com reajuste

1.2 - Saldo Orçamentário Pessoal Inativo e Obrigações Patronais

- Folha Pessoal Inativo estimada Out a Dez com reajuste

Pelo que se observa acima, há necessidade de remanejamento de dotação orçamentária para suprir a Folha de Pessoal Inativo. Essa necessidade é atual e independe do reajuste proposto. Outrossim, considerada a tendência da existência de saldo na dotação destinada às despesas com Pessoal Ativo e Obrigações Patronais, o TCE dispõe de recursos às suscitadas suplementações, o que também poderia ser suprida por conta do excesso de Arrecadação.

1.3 - Considerando a previsão orçamentária de pagamento de

2 - Repercussão projetada sobre a Folha Total (LRF)

- Folha Total Outubro/03

- Folha Total Projetada c/ provisão Déc. Terceiro

Acréscimo 2,98%

Acréscimo até dezembro c/ diferença Déc. Terc. 3,68%

3 - Lei de Responsabilidade Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas referente ao 2º quadrimestre/2003 identificou 0,76% do comprometimento das despesas de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, ficando dentro do seu limite prudencial (0,76%) e abaixo do limite Legal (0,80%).

Mês	Receita Estimada	Despesa Estimada	LRF/Mês	LRF 12
Setembro/03	468.024.462,28	3.279.852,30	0,70%	0,76%
Outubro/03	479.910.632,48	3.279.852,30	0,68%	0,75%
Novembro/03	467.200.475,34	3.279.852,30	0,70%	0,75%
Dezembro/03	490.937.373,19	3.279.852,30	0,67%	0,72%

Observa-se que ao longo do corrente exercício está demonstrada a tendência de queda no percentual de comprometimento entre despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, com reflexo igual no exercício seguinte (2004).

Era o que tínhamos a informar.

Atenciosamente

JOSÉ ROBERTO QUEIROZ

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETARIA GERAL - SEG

Coordenador de Controle de Decisões - CODE

Divisão de Controle das Decisões - DIDE

#### RESOLUÇÃO Nº 05/2003

Aprova o encaminhamento de projeto de Lei fixando índice de revisão salarial e concedendo abono aos servidores ativos, e aos inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, IV, c, da Lei complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o encaminhamento à Assembléia Legislativa dos Projetos de Lei, em anexo, fixando o índice de 1,00% (um virgula zero por cento) de revisão salarial e concedendo abono de R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1º de agosto de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário..

Florianópolis, em 13 de outubro de 2003.

Salomão Ribas Júnior - Presidente

Wilson Rogério Wan-Dall - Relator

Luiz Roberto Herbst

José Carlos Pacheco

Altair Debona Castelan

Thereza Aparecida Costa M

FUI PRESIDENTE César Filomeno Fontes PROCURADOR

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 409/03

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP:15602/2003

Florianópolis, 16 de outubro de 2003

Exmo. Sr.

Deputado VOLNEI MORASTONI

DD. Presidente da assembléia Legislativa do Estado

NESTA

de R\$ 100,00 aos servidores do Tribunal de Contas do Estado, nos mesmos moldes que foram concedidas aos servidores do Poder Executivo, retroativas a 1º de agosto/2003, conforme Exposição de Motivos de fls. 02/03.

As despesas com pessoal, incremento de décimo terceiro e obrigações patronais decorrentes dos Projetos em pauta, determinam o incremento estimado de R\$ 116.000,00, relativamente aos conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo ainda:

R\$ 7.066.555,28

R\$ 5.360.473,20

R\$ 2.733.930,92

R\$ 4.251.227,46

pessoal ativo, inativo e encargos para o exercício de 2004, no valor de R\$ 46.678.000,00, já excluídas as despesas de exercícios anteriores, determina-se o duodécimo orçamentário no valor de R\$ 3.889.833,33, valor este superior a projeção de despesa com a folha mensal para 2004 de R\$ 3.257.635,21.

Relativamente ao exercício de 2005 o Plano Plurianual 2004-2007, ainda prevê um acréscimo médio nas referidas dotações orçamentárias de 12%.

R\$ 3.163.419,06

R\$ 3.257.635,21

R\$ 94.216,16

R\$ 116.433,25

conforme tabela a seguir, tendo-se por base a projeção da folha de pessoal e da Receita Corrente Líquida para esse quadrimestre (setembro a dezembro/03), verifica-se que o TCE deverá encerrar o exercício com o percentual de 0,72%, ou seja bem baixo do seu limite prudencial (0,76%)

Mês	Receita Estimada	Despesa Estimada	LRF/Mês	LRF 12
Setembro/03	468.024.462,28	3.279.852,30	0,70%	0,76%
Outubro/03	479.910.632,48	3.279.852,30	0,68%	0,75%
Novembro/03	467.200.475,34	3.279.852,30	0,70%	0,75%
Dezembro/03	490.937.373,19	3.279.852,30	0,67%	0,72%

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa os Projetos de Lei Complementar que "Fixa índice de revisão geral da remuneração dos servidores ativos e dos inativos do Tribunal de Contas do Estado" e "concede abono aos servidores ativos e aos inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado", acompanhados da respectiva exposição de motivos e da Resolução nº TC-05/2003, de 13 de outubro de 2003 que aprova o encaminhamento dos projetos de lei supra mencionados.

Certo da acolhida por V.Exa. e seus dignos pares ao pleito ora apresentado, colho do ensejo para renovar-lhes meus protestos de elevado e distinguido apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/03

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CONSULTORIA GERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

#### PROJETO DE LEI 409/03

Concede abono aos servidores ativos, e aos inativos, do Quadro de Pessoal do tribunal de contas do estado, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida, abono de R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores ativos, e aos inativos, pertencentes ao quadro de Pessoal do tribunal de Contas, com remuneração ou proventos iguais ou inferiores a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

§ 1º considera-se remuneração ou proventos, para efeitos do *caput* a soma do vencimento, vantagens, gratificações e adicionais percebidos em caráter permanente, ressalvado o pagamento de hora extra, adicional noturno, gratificação de férias e outras vantagens de natureza indenizatória.

§ 2º Sobre o valor do abono de que trata o *caput* não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor ou pensionista, exceto a tributação.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2003.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Presidente

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhores Membros da Augusta Assembléia Legislativa do Estado

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa Augusta Assembléia Legislativa, com fundamento nos arts. 2º, IV, c, e 90, VIII, da Lei Complementar nº 202/2000, os inclusos Projetos de Lei, um fixando índice de revisão geral da remuneração dos servidores ativos e dos inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, e outro concedendo abono, em conformidade com as propostas recentemente encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo contemplando os servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta, autárquica e fundacional daquele Poder.

Entende-se que a proposta do Executivo, apesar de silente quanto à sua fundamentação, consubstancia revisão geral de remuneração assegurada pelo art. 37, inciso X, da CF, impondo-se, por isso, sua extensão aos servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Salienta-se que há disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação do abono e da revisão, estando a despesa com pessoal do Tribunal de Contas abaixo do limite geral (0.80% da RCL), e do limite prudencial (0.76% da RCL), em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.

A declaração que acompanha o presente Projeto de Lei traz a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício de 2003 e nos dois subseqüentes, e a indicação da origem dos recursos para o custeio; a declaração da compatibilidade das despesas 1 - Disponibilidades Orçamentárias:

1.1 - Saldo Orçamentário Pessoal Ativo e Obrigações Patronais

- Folha Pessoal Ativo estimada Out a Dez com reajuste

1.2 - Saldo Orçamentário Pessoal Inativo e Obrigações Patronais

- Folha Pessoal Inativo estimada Out a Dez com reajuste

Pelo que se observa acima, há necessidade de remanejamento de dotação orçamentária para suprir a Folha de Pessoal Inativo. Essa necessidade é atual e independe do reajuste proposto. Outrossim, considerada a tendência da existência de saldo na dotação destinada às despesas com Pessoal Ativo e Obrigações Patronais, o TCE dispõe de recursos às suscitadas suplementações, o que também poderia ser suprida por conta do excesso de Arrecadação.

1.3 - Considerando a previsão orçamentária de pagamento de

2 - Repercussão projetada sobre a Folha Total (LRF)

- Folha Total Outubro/03

- Folha Total Projetada c/ provisão Déc. Terceiro

Acréscimo 2,98%

Acréscimo até dezembro c/ diferença Déc. Terc. 3,68%

3- Lei de Responsabilidade Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas referente ao 2º quadrimestre/2003 identificou 0,76% do comprometimento das despesas de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, ficando dentro do seu limite prudencial (0,76%) e abaixo do limite Legal (0,80%).

Mês	Receita Estimada	Despesa Estimada	LRF/Mês	LRF 12	
Setembro/03	468.024.462,28	3.279.852,30	0,70%	0,76%	
Outubro/03	479.910.632,48	3.279.852,30	0,68%	0,75%	
Novembro/03	467.200.475,34	3.279.852,30	0,70%	0,75%	
Dezembro/03	490.937.373,19	3.279.852,30	0,67%	0,72%	

Observa-se que ao longo do corrente exercício está demonstrada a tendência de queda no percentual de comprometimento entre despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida, com reflexo igual no exercício seguinte (2004).

Era o que tínhamos a informar.

Atenciosamente

JOSÉ ROBERTO QUEIRÓZ

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**SECRETARIA GERAL - SEG**

Coordenador de Controle de Decisões - CODE

Divisão de Controle das Decisões - DIDE

**RESOLUÇÃO Nº 05/2003**

Aprova o encaminhamento de projeto de Lei fixando índice de revisão salarial e concedendo abono aos servidores ativos, e aos inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, IV, c, da Lei complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aprovado o encaminhamento à Assembléia Legislativa dos Projetos de Lei, em anexo, fixando o índice de 1,00% (um vírgula zero por cento) de revisão salarial e concedendo abono de R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1º de agosto de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário..  
Florianópolis, em 13 de outubro de 2003.

com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei do orçamento será feita no momento do pagamento, em cumprimento ao disposto no art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Certo da boa acolhida, subscrevo-me com os meus votos de estima e admiração.

Florianópolis, em 16 de outubro de 2003

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Presidente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

PROCESSO PNO 03/07228967

INFO DAF Nº 171

Florianópolis, 01 de outubro de 2003

Senhor Presidente:

O presente processo trata dos Projetos de Leis com vistas a concessão de revisão salarial de 1% (um vírgula zero por cento) e abono de R\$ 100,00 aos servidores do Tribunal de Contas do Estado, nos mesmos moldes que foram concedidas aos servidores do Poder Executivo, retroativas a 1º de agosto/2003, conforme Exposição de Motivos de fls. 02/03.

As despesas com pessoal, incremento de décimo terceiro e obrigações patronais decorrentes dos Projetos em pauta, determinam o incremento estimado de R\$ 116.000,00, relativamente aos conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo ainda:

R\$ 3.066.555,28

R\$ 5.360.473,20

R\$ 2.733.930,92

R\$ 4.251.227,46

pessoal ativo, inativo e encargos para o exercício de 2004, no valor de R\$ 46.678.000,00, já excluídas as despesas de exercícios anteriores, determina-se o duodécimo orçamentário no valor de R\$ 3.889.833,33, valor este superior a projeção de despesa com a folha mensal para 2004 de R\$ 3.257.635,21.

Relativamente ao exercício de 2005 o Plano Plurianual 2004-2007, ainda prevê um acréscimo médio nas referidas dotações orçamentárias de 12%.

R\$ 3.163.419,06

R\$ 3.257.635,21

R\$ 94.216,16

R\$ 116.433,25

Conforme tabela a seguir, tendo-se por base a projeção da folha de pessoal e da Receita Corrente Líquida para esse quadrimestre (setembro a dezembro/03), verifica-se que o TCE deverá encerrar o exercício com o percentual de 0.72%, ou seja bem abaixo do seu limite prudencial (0,76%)

Mês	Receita Estimada	Despesa Estimada	LRF/Mês	LRF 12	
Setembro/03	468.024.462,28	3.279.852,30	0,70%	0,76%	
Outubro/03	479.910.632,48	3.279.852,30	0,68%	0,75%	
Novembro/03	467.200.475,34	3.279.852,30	0,70%	0,75%	
Dezembro/03	490.937.373,19	3.279.852,30	0,67%	0,72%	

Salomão Ribas Júnior - Presidente

Wilson Rogério Wan-Dall - Relator

Luiz Roberto Herbst

José Carlos Pacheco

Altair Debona Castelan

Thereza Aparecida Costa M

FUI PRESIDENTE César Filomeno Fontes PROCURADOR

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/03**

Cria Medalha de Mérito "Castorina Lobo de São Thiago".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Medalha de Mérito "Castorina Lobo de São Thiago" como prêmio simbólico a ser conferido aos professores que realizaram relevantes trabalhos na área da educação, ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento da educação.

Art. 2º - A entrega da Medalha é feita em Sessão Solene anualmente, nos termos do Regimento Interno, realizada de preferência na semana alusiva ao Dia do Professor, dia 15 de outubro.

Art. 3º - A outorga das Medalhas é feita por indicação dos Parlamentares, membros desta Casa, à Mesa da Assembléia.

§ 1º - As indicações ocorrerão na semana que transcorre a data de falecimento da Professora e Poetisa "Castorina Lobo de São Thiago", 24 de agosto;

§ 2º - Cada parlamentar poderá indicar um professor, devendo a indicação conter dados completos do professor homenageado e dos relevantes serviços prestados em prol da educação;

§ 3º - Aprovadas as indicações pela Mesa da Assembléia, o ato será publicado através de Resolução, contendo nome e os dados dos homenageados e determinando data da realização da Sessão Solene, conforme determina o artigo 2º.

§ 4º - Compete ao Cerimonial da Assembléia organizar a Sessão Solene nos termos das orientações de costume da Casa

Art. 5º - A forma da Medalha de que trata a presente resolução deverá ser definida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 6º - A Mesa da Assembléia manterá um livro de registro, rubricado pelo Presidente, no qual serão inscritos por ordem cronológica, os homenageados e seus dados biográficos.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Simone Schramm

Deputada Estadual

Deputado Jorginho Mello

Deputado Manoel Mota

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Wilson Vieira

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputado Paulo Eccel

Deputado Sérgio Godinho

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Eduardo Cherm

Deputado Genésio Goulart

Deputado João Paulo Kleinübing

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Reno Caramori

Deputado Valmir Comin

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Antônio Carlos Vieira

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Mauro Mariani

Deputado Ronaldo Benedet

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/03

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução institui a Medalha de Mérito "Castorina Lobo de São Thiago", almejando homenagear os professores que realizaram relevantes trabalhos na área da educação, ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento da educação no Estado de Santa Catarina.

Castorina Gonçalves Lobo, nome de solteira, filha de José Gonçalves Lobo e Flor Lobo, nasceu em 28 de dezembro de 1884, em Tubarão.

Em 1890, mudou-se com sua família para a Capital por motivos profissionais de seu pai, onde cursou o primário e o secundário.

Desejava cursar a Faculdade de Medicina, passou na prova, mas teve que adiar seu sonho, pois com apenas 15 anos de idade não pode frequentar a Faculdade.

A jovem Castorina aos 15 anos iniciou sua vida como professora na Escola Modelo em Florianópolis, junto ao atual Instituto Estadual de Educação, não tendo mais parado de lecionar; paralelamente, tornou-se colaboradora assídua dos principais jornais e revistas de Florianópolis, Joinville e São Francisco do Sul.

Em 1907, acabou por adiar definitivamente seu sonho de ir à faculdade, pois casou com Vicente Olavo de São Thiago, com quem compartilhou sua vida durante 34 anos e teve sua filha Branca Flor de São Thiago. Assim, adotou o nome da família do esposo e passou a se chamar Castorina Lobo de São Thiago. Em razão do casamento, fixou residência residir em São Francisco do Sul quando passou a lecionar na atual na Escola Básica de Felipe Schmidt.

Quando seu esposo Vicente faleceu, em 1941, Castorina veio para Florianópolis, e logo em seguida passou a residir em Blumenau com sua filha Branca Flor; foi nesta época que intensificou sua vida literária com uma poesia de agradável sabor lírico.

O livro de estória "Rimas de Outono" foi publicado em 1955. Posteriormente, lançou Clarinadas, Aquarela da Ilha de Santa Catarina, Cruel estigma; Meu álbum - versos do coração.

Ingressou, em 1958, na Academia Catarinense de Letras, como sucessora da poetisa Delminda da Silveira para ocupar a cadeira 10, e que possui como Patrono Antônio Francisco Castorino de Faria, sendo recepcionada por seu cunhado, o Acadêmico Imortal Arnaldo de São Thiago.

Ao lado de grandes personalidades como Othon d'Éça Barreiros e Altino Flores, Castorina foi uma das grandes líderes do movimento anti-modernistas em Santa Catarina, primando pela forma disciplinada e impecável, do estilo clássico do verso, travou batalha como os modernistas do Grupo Sul.

Castorina teve uma vida poética curta, em razão de ter sofrido em 1961 uma lesão no nervo ótico e perdeu 90% da visão, enfermidade prolongada que a reteu no leito, até falecer em 24 de agosto 1974.

A Academia Catarinense de Letras, promoveu em 1975 Sessão de Saudades da Imortal Castorina Lobo de São Thiago.

Segundo o também Imortal Paschoal Apóstolo Pítsica, que a chamava carinhosamente de "lirica poetisa dos versos outonais", Castorina gostava de dizer que seu ímpeto e coragem herdara de Anita Garibaldi, de quem possuía um certo grau de parentesco pelo lado materno.

O trabalho desenvolvido por Castorina Lobo de São Thiago não se limitava aos "muros da escola", ia muito além dessa barreira física, pois foi uma mulher patriota que sempre demonstrou sua preocupação com a educação e a cultura, foi professora, escritora e poetisa, lutando sempre pelo magistério, bem como dedicava-se aos estudos religiosos e filosóficos.

Salienta-se que em razão de seu espírito cívico e político exacerbado, proferiu diversos discursos e conferências em sessões cívicas e patrióticas.

Castorina foi a primeira mulher catarinense a andar de avião.

Ao instituir Medalha de Mérito em seu nome é uma forma desta Augusta Casa prestar as devidas homenagens àquela grande mulher, em reconhecimento aos anos de luta dedicados à educação e a cultura catarinense.

Castorina Lobo de São Thiago foi uma grande mulher reconhecida e respeitada pela sociedade Catarinense, pois rompeu todos os preconceitos de classe e gênero de sua época tornando-se um exemplo de educadora a ser lembrado. Nada mais justo que agradecer com uma medalha os professores que também são exemplos para a educação por terem realizado relevantes trabalhos na área da educação, ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento da educação na semana alusiva ao Dia do Professor.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres pares o acolhimento do presente projeto de resolução e o necessário apoio à sua aprovação, visando homenagear a catarinense Professora e Poetisa Castorina Lobo de São Thiago e, por conseguinte, outorgar a Medalha de Mérito aos professores que realizaram relevantes trabalhos para o desenvolvimento educacional do Estado de Santa Catarina.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 169/03

Declara de utilidade pública o Conselho de Segurança da Comunidade e Escolas do Grande Garcia, de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Segurança da Comunidade e Escolas do Grande Garcia, com sede e foro no Município e Comarca de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 196/03

Institui o Dia Catarinense do Yôga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Catarinense do Yôga, a ser comemorado anualmente no dia dezoito de fevereiro.

Parágrafo único. A data de que trata este artigo deverá constar no calendário oficial do Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 198/03

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Furadinho, de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Furadinho, com sede e foro no Município e Comarca de Palhoça.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 221/2003**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Xanxerê.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Xanxerê o imóvel constituído por um terreno com benfeitorias, matriculado sob o n. 15.563 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o n. 02245 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade da aquisição.

Art. 3º As despesas e ações judiciais ou extrajudiciais necessárias ao pleno exercício da posse e propriedade do imóvel correrão à conta do Município de Xanxerê.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0227/03**

Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque, com sede e foro no Município e Comarca de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0228/03**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova, de Porto Belo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova, com sede e foro no Município e Comarca de Porto Belo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0230/03**

Declara de utilidade pública o Bloco Carnavalesco Batuqueiros do Limão, de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Bloco Carnavalesco Batuqueiros do Limão, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0253/03**

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Canoinhas - ASAPREV - CA -, com sede e foro no Município e Comarca de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0276/03**

Declara de utilidade pública a Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição Cidade da Esperança, com sede no Município de Rancho Queimado e foro na Comarca de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0296/03**

Declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Forquilha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Forquilha, com sede no Município de Forquilha e foro na Comarca de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0376/03**

Institui o Dia do Leonismo Catarinense e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Leonismo Catarinense, a ser comemorado no dia quinze de maio de cada ano.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de outubro de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REQUERIMENTO****REQUERIMENTO Nº 029/03**

Excelentíssimo Senhor Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
REQUERIMENTO Nº RQS/0803.6/2003

Senhor Presidente

Os deputados que abaixo subscrevem, com amparo no artigo nº 40 e seus parágrafos do Regimento Interno - Resolução DP nº 081/02, Solicitam a constituição de um Fórum Permanente para acompanhar os efeitos da Lei Federal nº 9.636, de maio de 1998, regulamentada pelo decreto 3.725, de janeiro de 2001, que criam instrumentos legais para a venda dos terrenos considerados "terras de marinha".

Para fazer parte do Fórum, além dos Srs. Deputados Estaduais, convidamos as seguintes entidades:

- Secretaria do Patrimônio da União - SPU/SC;
- Fundação do Meio Ambiente - FATMA;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA;
- Associação dos Ocupantes de Terrenos da União em SC;
- Instituto Jurídico do Litoral

Florianópolis, em 06 de agosto de 2003

WILSON VIEIRA - DENTINHO

Deputado Estadual - PT

Deputado Paulo Eccel

Deputado Rogério Mendonça

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Djalma Berger

Deputado Francisco de Assis

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Valmir Comin

Deputado Lício Silveira

Deputado Antônio Carlos Vieira

Deputado Celestino Secco

Deputado João Paulo Kleinübing

Aprovado em Sessão de 21/10/03

**JUSTIFICATIVA**

Com o decreto Lei nº 9.760, de setembro de 1946, o governo federal incluiu nas terras de Marinha os terrenos localizados a uma distância de 33 (trinta e três) metros, medidos em linha horizontal, desde a linha do premar médio de 1831 (um mil oitocentos e trinta e um) em direção à terra. Desta forma, nas ilhas, nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés.

Com a Lei nº 9.636, de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725, de janeiro de 2001, foram criados os instrumentos legais para a venda dos terrenos considerados terras de marinha.

Em todo o Estado de Santa Catarina, milhares de famílias são atingidas por essa legislação e a formação de um Fórum busca encontrar soluções para os problemas enfrentados por essas famílias, uma vez que se vêem obrigadas a pagar um tributo municipal e uma taxa federal, sob pena de perda do imóvel. Se considerarmos que, para adquirir um terreno, o preço pago às imobiliárias já é bastante alto.

\*\*\* X X X \*\*\*